

UM ADVOGADO EM SÃO SEBASTIÃO

○ LICENCIADO JORGE FERNANDES DA FONSECA E SUA FAMÍLIA

■ *Gilson Santos*

Felisbello Freire procede a uma circunstanciada descrição da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro durante o século dezesseis e começo do dezessete.¹ A aparência das terras do local era um território de complexa e complicada topografia e geografia. “As partes baixas eram alagadiças e com muitos mangues, tendo os morros e as montanhas apontando quase que como ilhas”.² Uma vegetação abundante nas baixadas escondia esses brejos e pelas encostas se estendiam densas florestas, de mata cerrada e hostil aos conquistadores, que as desbravaram. A várzea da cidade era muito pantanosa e cheia de grandes lagoas que dificultaram a expansão inicial do perímetro urbano. O mar penetrava muito pela cidade, em relação aos contornos atuais.³ Algumas lagoas foram aterradas ao longo dos séculos.

Dois anos depois de sua fundação, transferido o núcleo da cidade de São Sebastião em 1567, a cidade murada e fortificada teve no *Morro do Castelo* as primitivas Casa da Câmara e a da Cadeia, a Casa do Governador, o Colégio dos Jesuítas, os armazéns, e a igreja dos Jesuítas e a de São Sebastião, onde foi instalada a primeira Sé da cidade. Ao pé do monte, na praia, a *Santa Casa de Misericórdia*, o primeiro hospital. Ao redor do Morro do Castelo a vida colonial organizou-se inicialmente, espalhando-se os habitantes pelas ladeiras do morro.

No final do século dezesseis, e especialmente no início do século dezessete, a cidade do Rio de Janeiro começou a descer o morro do Castelo, no qual havia se instalado, dando início à ocupação da várzea que ficava localizada entre quatro grandes morros: o morro do *Castelo*, o morro de *Santo Antônio*, o morro de *São Bento* e o morro da *Conceição*.

Naquela época, as ordens religiosas eram responsáveis pela maior parte dos referenciais da vida cotidiana. Os beneditinos, segunda ordem religiosa a se estabelecer na cidade, sendo precedidos apenas pelos jesuítas, estabeleceram-se em São Sebastião na segunda metade da década de 1580. Em finais do século dezesseis já ocupavam o Morro de São Bento, ao lado do Morro da Conceição.⁴ Os padres carmelitas chegaram à cidade em 1589, tendo recebido da Câmara a Capela de *Nossa Senhora do Ó*, que

¹ FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro. Vol. 1 (1564—1700)*. Rio de Janeiro: Typ “Revista dos Tribunaes”, 1912, pp. 69-90.

² “Antigas Lagoas do Rio de Janeiro”, online: <https://www.riodejaneiroaqui.com/pt/antigas-lagoas.html> [Acesso de 20/01/2022]. Recomenda-se oferecer alguma atenção ao mapa de uma reconstituição do território original do Rio de Janeiro, na área mais central, entre Botafogo e São Cristóvão.

³ Idem.

⁴ As origens são descritas sinteticamente na história do *Mosteiro de São Bento*, online: <https://www.mosteirosaobentorio.org.br/mosteiro/historia/> [Acesso de 20/01/2022].

converteram em Capela da Ordem do Carmo. Em 1611 receberam o terreno contíguo à capela, no qual começaram a construir o convento a partir de 1619.



São Sebastião do Rio de Janeiro, 1640

Recorte: Mapa da Baía de Guanabara por João Teixeira Albernaz, o Velho, cartógrafo português do século XVII.

Com o seu “casario” na várzea, *São Sebastião do Rio de Janeiro* está entre o “Reduto de São Bento” e o Forte de S. Tiago. No alto do Morro do Castelo está a Sé Velha e logo à frente o Colégio dos Jesuítas. São Cristóvão encontra-se no sertão,

A RUA DIREITA E A TRAVESSA DE ALEIXO MANOEL

A capela dedicada à *Nossa Senhora do Ó*, aparentemente à beira mar, ficava no meio do caminho entre o Morro do Castelo e o Morro de São Bento. Nesse percurso surgiu a principal rua do Rio de Janeiro até meados do século dezenove: a antiga rua Direita. O topônimo “rua direita” estava presente em várias cidades e vilas do Império português. O qualificativo [“direita”] referia-se ao fato de que a rua era central e que ligava um extremo ao outro da área urbana”.⁵ Pinto propõe que a exploração de antigos documentos consente as seguintes considerações de âmbito toponímico:

Permite comprovar a aceção de direção, como se depreende pelo exemplo escalabitano de *uia publica que uenit directe de porta de Alpram et uadit ad portam de Alçaçoua*, assim

⁵ PINTO, Sandra M. G. “A ‘rua direita’ portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica?” In: *Revista de Morfologia Urbana*. 2014, Vol. 2, N. 1, pp. 42-43..

designada em 1294, sendo fácil presumir a redução da expressão “rua que vai direita” para apenas “rua direita”.⁶

Acrescenta a autora:

Daqui depreende-se que “direita” e “travessa” foram, então, qualificativos de direção, justapostos ao substantivo “rua”, de modo a nomear, distinguir e caracterizar determinadas artérias fossem elas novas ou existentes dentro do conjunto urbano. Ambos os qualificativos aludem ao itinerário, pois se naquele percurso era “direto” entre dois pontos de referência, neste era de “atravessamento” entre dois espaços de circulação.⁷

As análises de Ribeiro propiciaram um consenso ao considerar que as “ruas direitas” eram funcionalmente o centro comercial, “o coração”, e o eixo principal de circulação, ligando os pontos de referência, “os órgãos vitais”.⁸

A rua Direita, no Rio de Janeiro, depois atravessando o *Largo do Carmo*, foi assim chamada, portanto, porque por ela mais facilmente se locomoviam os colonizadores entre o São Bento e a Ladeira da Misericórdia⁹, a primeira via pública da cidade.¹⁰ No alto da ladeira estava situado o *Largo do Castelo* com o prédio do Colégio da Companhia de Jesus. No início dos anos 1600, a via, “fronteira do mar”, era o principal ponto de comércio do Rio de Janeiro e havia se consolidado como eixo estruturador da cidade, a partir do qual foram abertas diversas *travessas* em direção ao interior (i. e., de nascente para poente).¹¹

À semelhança do que se praticava em Portugal, as ruas do Rio de Janeiro colonial tiveram dois, três, quatro e mais nomes e prenomes, como a indicar os seus principais moradores. Com traçados algumas vezes irregulares e até seccionados, as ruas poderiam ser referidas pelo “morador do pedaço”, o que fazia com que uma mesma via, com seu trajeto não muito regular, tivesse nomes distintos em diferentes trechos. Além disso, um ponto de referência, tal como uma quitanda ou um curtume, poderia dar nome àquele trecho da via pública.

⁶ PINTO, op. cit., p. 42.

⁷ Ibid.

⁸ Tavares, historiadora e docente especialista na história dos judeus e dos cristãos-novos em Portugal, observa que, no início os judeus tinham a tendência de fixar-se nas proximidades da Rua Direita, junto à porta da alcáçova onde residia o alcaide ou o rei, ou da Praça. Era a zona das lojas e tendas que os atraía dadas as afinidades econômicas com artesãos e mercadores. TAVARES, Maria José Ferro. *Os Judeus em Portugal. Online*. <https://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/MariaJoseFerTavares.pdf>. [Acessos em 19/11/2021]. A obra de referência é: TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. "Os Judeus em Portugal no século XV". In: MEDINA, João (Dir.). *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Amadora*. Clube Internacional do Livro, 1995, vol. VI, p. 11.

⁹ “Rua Direita, a principal rua do rio colonial”, online: <https://www.rio450anos.com.br/rua-direita-a-principal-rua-do-rio-colonial/> [Acesso de 20/01/2022].

¹⁰ “História da primeira rua do Rio de Janeiro, a Ladeira da Misericórdia”, online: <https://diariodorio.com/historia-da-primeira-rua-do-rio-de-janeiro-a-ladeira-da-misericordia/> [Acesso de 20/01/2022].

¹¹ PIMENTEL, Márcia. “Rua Primeiro de Março: a partir de onde a cidade cresceu”. 14 de setembro de 2017. Online: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12851-rua-primeiro-de-mar%C3%A7o-a-partir-de-onde-a-cidade-cresceu> [Acesso de 20/01/2022].

Observam-se, então, dois fenômenos básicos: Uma mesma via poderia ser referida por diferentes nomes, inclusive em um mesmo trecho. Além disso, ao longo do tempo, os nomes das ruas iam se transformando, dependendo da designação mais consagrada em um determinado momento da história.¹²

O capitão Aleixo Manoel Albernaz, açoriano nascido na Ilha do Faial, é uma das figuras mais emblemáticas na fundação e primeiros decênios da cidade de São Sebastião. Casou-se por volta de 1572, provavelmente no Rio de Janeiro, com Francisca da Costa Homem, igualmente açoriana, natural de Ilha Terceira, filha do capitão Jordão Homem da Costa. De acordo com Carlos Barata, Aleixo Manoel já se achava no Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1568, quando apareceu na qualidade de testemunha na posse de umas terras dos jesuítas. Ele foi membro da câmara por muitos anos.¹³ Aleixo Manoel recebeu sesmarias na região do Jaguaré em 1586 e 1587; em 1596, terras no rio de Capivari; em 1598, novamente em Jaguaré. De acordo com o livro *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, Aleixo Manoel ergueu, por volta de 1582, uma ermida que tinha por orago *Nossa Senhora da Conceição*. Esta ermida ele e sua mulher doaram para a *Ordem de São Bento*, em 13 de maio de 1596. Os monges beneditinos ali construíram a Abadia de Nossa Senhora do Montserrat, que assinala os primórdios do Mosteiro de São Bento.¹⁴

Em 1573, Aleixo Manoel solicitou a sesmaria de seu irmão, Bartolomeu Albernaz, visto ter este “se retirado da cidade”. No pedido da sesmaria, argumentou-se: “respeitando aos bons serviços que tem feito a Sua Alteza”.¹⁵ Este chão¹⁶ parece ser aquele, situado no alto do Morro do Castelo, que Aleixo Manoel parcialmente venderá a Francisco de Barros no ano seguinte, e cuja porção remanescente venderá ao ouvidor João Gutierrez Valeiro.¹⁷

Aleixo Manoel foi pioneiro na ocupação da várzea do Rio de Janeiro. Em 1594, registra-se que a casa de Aleixo Manoel ali estava, sendo vizinha ao “Mosteiro da Casa de Nossa Senhora do Ó”, dos padres carmelitas.¹⁸ Em 1602, Aleixo Manoel recebeu nova sesmaria de chãos. Quando a pediu, ele declarou ter comprado os referidos chãos havia “vinte e três anos”, o que parece guardar relação cronológica com a venda do outro imóvel feita a Valeiro em 1579. Assim, parece razoável inferir que Aleixo Manoel estabeleceu-se na várzea quatorze anos após a fundação da cidade e doze após a transferência do núcleo urbano para o Morro do Castelo, ainda antes da instalação dos beneditinos na colina um pouco mais ao norte. Em 1602, Aleixo

¹² Os dois fenômenos induziram alguns a equívocos posteriores na identificação das antigas vias públicas de São Sebastião do Rio de Janeiro.

¹³ BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Volumes I e II. São Paulo: Originis-X, 1999.

¹⁴ SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tip. Beneditina, 1950, p. 265.

¹⁵ Biblioteca Nacional, Documentos Históricos, Vol. 111, pp. 61-64; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Sesmarias, Códice 3-4-27. 28/10/1573.

Para as referências e súmulas de escrituração dos imóveis, nos valemos aqui neste texto, doravante, do amplo e competente trabalho do geógrafo Maurício Abreu (1948-2011). ABREU, Maurício. *Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara Sécs. XVII e XVIII*. Online: <http://mauricioabreu.com.br> [Último Acesso 30/04/2021].

¹⁶ Sesmarias de *terras* eram destinadas ao cultivo, geralmente em medida de *léguas*. Nos termos das vilas e cidades, as sesmarias eram concedidas com menores dimensões, regularmente medidas em *braças*, destinadas à construção de casas, comércio e oficinas. Estas sesmarias eram conhecidas também como *chãos* de terra e eram concedidas pelo Senado da Câmara da cidade ou vila em questão.

¹⁷ Anais da Biblioteca Nacional, 82, 1962, pp. 116-118, confrontando-se com Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro (1962). In: MACEDO, D. L. de (transcritor), *Anais da Biblioteca Nacional* (vol. 82). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, p. 365. 23/06/1579.

¹⁸ Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 57, 1939, pp. 300-302; ADF, III, pp. 251-53 *apud* ABREU, lo.cit.; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 2,4,9, p. 70, p. 72. 01/01/1594. Cf. ainda Arquivo Nacional, Tombos das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro (TCSRJ), pp. 94-96. 20/02/1595.

Manoel declarou que morava no chão que agora solicitava por sesmaria, tendo feito benfeitorias de mais de “quinhentos mil réis”.¹⁹ No final daquele ano, o lugar onde estava o seu imóvel “na Praia de Nossa Senhora” era já referido como “rua de Aleixo Manoel”.²⁰ A certa altura, os documentos deixam claro que a dita “rua de Aleixo Manoel” era travessa da rua Direita na “praia e várzea” da cidade.

Uma escritura de imóveis de 1618 reza que foram compradas nove casas pelos padres da Companhia, “na praia e várzea desta dita cidade, e rua Direita, fronteira do mar”. As casas, “continuadas umas com as outras, com seus quintais e cercas”, compunham em seu todo, portanto, um único conjunto, o qual dava para a rua Direita e para a travessa de Aleixo Manoel. Nesta, delimitava-se com “casas que foram de Manoel Albernaz”. Outras escrituras em Lisboa, às quais teve acesso Maurício Abreu, esclarecem que eram cinco casas na frontaria do mar e quatro na travessa de Aleixo Manoel.²¹ Os padres tomaram posse das casas em 1620.²²

Aleixo Manoel faleceu em 25 de janeiro de 1626, tendo sido sepultado na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.²³ Mesmo após o seu falecimento, a rua continuou a ser referida por seu nome. Em 1631 registra-se: “rua que vai do mar para o sertão, que chamam de Aleixo Manoel”.²⁴ Em 1670 a via ainda é referida como “rua de Aleixo Manoel, o velho, caminho da pabuna”.²⁵ Em 1700 reza a escritura de um imóvel na “rua que chamam de Aleixo Manoel” que os fundos “topam” com a “rua de Gonçalo André”, o curtidor; um dos cantos do dito imóvel dava “para a parte do convento de Santo Antonio”.²⁶ Em 1706, escrituras de imóveis situados na rua Aleixo Manoel rezavam que os tais tinham os seus fundos para a “rua da Quitanda”.²⁷ Há evidência documental da rua sendo referida ainda pelo nome do pioneiro capitão pelo menos até 1721.

Bem próximo à ermida de Nossa Senhora do Ó, dos carmelitas, junto ao caminho que se tornaria a rua Direita, foi erigido o *Forte de Santa Cruz*, o qual existiu entre 1605 e 1632, com a função de defesa. Ante a ruína do forte, foi construída uma ermida para servir de cemitério aos militares. Ergueu-se, desse modo, a *Capela da Vera Cruz* (“Igreja da Cruz”), a cargo da Irmandade da Santa Cruz, criada em 1623.²⁸ Uma travessa surgiu, tornando-se conhecida como *Travessa* ou *Rua da Cruz*, que teve seu alinhamento na metade do século dezessete. Por esta época, a travessa também era chamada de *rua do Gadelha*, popular referência que remetia para o conhecido indivíduo deste apelido. Em 1661, nesta “rua que vulgarmente chamam do Gadelha”, teve a Câmara uma casa que permutou com o governador Salvador Correia de Sá e Benevides.²⁹

¹⁹ Arquivo Nacional, Tombo das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro (TCSRJ), 129-132. 07/09/1602.

²⁰ Idem, 141-143. 02/12/1602.

²¹ *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro* (1962). In: MACEDO, D. L. de (transcritor), Anais da Biblioteca Nacional (vol. 82). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, pp. 228-232, 232-236, 236-242. 19/11/1618. Cf. ABREU, loc.cit.

²² Foi, em rigor, em 12 de outubro de 1620. Idem, p. 236.

²³ Sé do Rio de Janeiro, Livro 1, folha 8.

²⁴ VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. 5 Volumes Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921-1927, tomo V, pp. 28, 576. 01/07/1631.

²⁵ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 50, p. 65; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-56, p. 136. 29/03/1670.

²⁶ Arquivo Nacional, 4º. Ofício de Notas, 3, p. 137. 11/04/1700.

²⁷ Arquivo Nacional, Cód. 114, Vol. 1, p. 16; Arquivo Nacional, Cód. 77, Vol. 16, p. 582. 20/03/1706. A antiga “rua da Quitanda” (atual Rua do Rosário) não deve ser confundida com a atual rua da Quitanda, nem com a “rua da Quitanda dos Mariscos” (trecho da atual Rua da Alfândega). No início do século XIX, o trecho da atual Rua da Quitanda, compreendido entre a Ouvidor e a Rua do Cano (atual Sete de Setembro), era chamado de Rua do Succusará.

²⁸ A atual *Igreja de Santa Cruz dos Militares*. Cf. verbete introdutório, online: https://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_da_Santa_Cruz [Acesso de 20/01/2022].

²⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 39-3-71; VIEIRA FAZENDA, op. cit., tomo II, pp. 452-453. 03/11/1661.

A rua de Aleixo Manoel, alinhada na orla com a travessa da Cruz, vulgarmente apelidada de rua do Gadelha, assinala as origens da atual Rua do Ouvidor.³⁰

RUAS TRAVESSAS EM DIREÇÃO A SÃO BENTO

A seguir, destacamos algumas paralelas à rua de Aleixo Manoel, em direção aos beneditinos, todas igualmente iniciando na rua Direita nas proximidades do Carmo:

1. Rua de Pedro da Costa — Paralela imediata à rua de Aleixo Manoel, a rua de Pedro da Costa, referida pelo nome de seu conhecido morador, é assim amplamente documentada pelo menos desde 1650.³¹ Passou a ser popularmente referenciada como travessa ou rua da Quitanda³²; a “quitanda” estava perto da antiga capela da Cruz.³³ Na rua de Pedro da Costa estava o curtume de Gonçalo André, sendo por isso a via também referida por este nome³⁴; o curtume depois passou a Baltazar Fernandes de Menezes. Na “rua que chamam de Pedro da Costa”, em terreno vizinho com “os quintais de Gonçalo André, o curtidor”, e de caminho “para a chácara de Pedro Velho”, em 1701 a “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos” recebeu em doação uns chãos “para neles fazerem e levantarem uma capela à dita Senhora”³⁵. A rua do Rosário, ou *antiga* rua da Quitanda, era paralela à rua do Hospício.³⁶

Uma escritura de imóvel de 1722 exemplifica a variedade de nomes das vias. Versava sobre chão sitos à “rua de Pedro da Costa, que hoje se chama do Rosário, com fundos até a Quitanda do Marisco, ocupando toda esta distância”, no meio da qual ficava “a rua da Portuguesa, também chamada do Padre Matoso”. Partiam os ditos chãos “da banda do poente na rua de Pedro da Costa com o curtume antigo que foi de Gonçalo André”.³⁷ Registra-se em 1762 que a atual Rua do Rosário partia com casas da Ordem Terceira do Carmo, seguindo, então, em direção ao *Campo da Cidade*. No século dezoito, seguindo-se pela Rua do Rosário em direção ao Campo, cruzava-se a rua do Sucussarará, que passou a ser a atual Rua da Quitanda.³⁸

³⁰ Nos dias atuais, a igreja dos militares localiza-se na esquina da Rua Primeiro de Março (antiga Rua Direita) com a Rua do Ouvidor. Cf. “História da Rua do Ouvidor”, online: <https://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/rua-do-ouvidor-historia.html>. [Acesso de 20/01/2022]. Cf. ainda NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. “Rua do Ouvidor”, online: <https://reficio.cloud/rio/logradouro/noronha-santos-rua-do-ouvidor/>. [Acesso de 20/01/2022].

³¹ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 37, p. 60v; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-55, p. 158. 30/04/1650.

³² Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Tombo Geral, 1788, p. 151. 01/01/1678.

³³ VIEIRA FAZENDA, op. cit., tomo V, p. 541.

³⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-4-91, p. 1042. de 12/5/1696 a 26/5/1696.

³⁵ Arquivo Nacional, 4º. Ofício de Notas, 3A, p. ?; IHGB, Lata 57, Pasta 3. 14/08/1701.

³⁶ Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 5º. Livro do Tombo, p. 10; Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Tombo Geral, 1788, pp. 17-18. Cf. escritura de 12/06/1704.

³⁷ Cf. FREIRE, op. cit., p. 323; VIEIRA FAZENDA, op. cit., Tomo V, p. 574. VIEIRA FAZENDA informa que “uma parte dos terrenos do Coronel Souto Maior passou depois a Dona Francisca Ponte que os doou aos pretos do Rosário para edificarem a sua igreja”. Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 5º. Livro do Tombo, p. 10; 6º. Livro do Tombo, p. 10. Cf. escritura de 30/07/1722. ABREU, Maurício, loc. cit., em anotação específica, informa que a “escritura foi totalmente adulterada pela leitura que dela fez Felisbelo Freire, que foi a seguinte: ‘Em 20 de julho de 1722 Manoel de Araújo vende a Roberto Ribeiro 14 braças de chãos na rua de Pedro da Costa (Uruguaiana), desde a face da dita rua para a rua da Quitanda do Marisco, inclusive, ocupando toda essa distância, no meio da qual fica a rua da Portuguesa, hoje chamada também do Padre Matoso, partindo do lado do poente, na rua de Pedro da Costa, com o curtume antigo que foi de Gonçalo André e hoje de Baltazar Bernardes’ “

³⁸ Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 5º. Livro do Tombo, p. 10; 6º. Livro do Tombo, p. 10. A antiga “rua da Quitanda” (atual Rua do Rosário) não deve ser confundida com a atual rua da Quitanda, nem com a “rua da Quitanda dos Mariscos” (antigo trecho da atual Rua da Alfândega).

2. Rua de Padre Matoso — Era assim referida documentalmente já em 1635³⁹. Na segunda metade do século dezessete era popularmente referida como “rua detrás do Hospício”,⁴⁰ já prolongada no fim do século dezoito até à rua Direita. Vieira Fazenda assumiu que a “rua nova” era o prolongamento até a orla da antiga rua detrás do Hospício.⁴¹ Posteriormente passou a ser referida apenas como rua do Hospício.⁴² No início do século dezoito, um trecho da rua do Hospício era chamado de rua da Portuguesa.⁴³ Com o prolongamento, em 1703 era assim referida como rua da Portuguesa “na vargem da Prainha”.⁴⁴ Foi posteriormente chamada de *rua Alecrim* ou da *vila do Alecrim*. Estas são as origens da atual Rua Buenos Aires.

3. Rua de Diogo de Brito — O primitivo *Caminho de Capueiruçu*, que partia da rua Direita, teve no início a referência de “rua de Diogo de Brito de Lacerda”, o filho do capitão Manoel de Brito, um dos fundadores do Rio de Janeiro.⁴⁵ Entre a Rua Direita e a vala era referenciada por rua da *Quitanda do Marisco*, assim em registro de 1635, sendo tal referência popular certamente ainda anterior. Por isto, em 1738 é referida como a “rua que vai da Quitanda do Marisco para fora da cidade”, e na qual estava a “igreja de São Domingos”.⁴⁶ Em 1662 foi referida como rua dos *Governadores*, por haverem alguns dos chefes do governo da capitania ocupado casas situadas nessa via pública, inclusive Salvador Correia de Sá e Benevides, que morou em frente à antiga porta da Alfândega, chamada *porta da estiva*. Na segunda metade do século dezoito é referida como “*rua da travessa da Alfândega*”. Como conduzia para os arrabaldes, passando pelo Campo da Cidade, pode-se ler em documento de 1711: “rua da Alfândega, junto à vala desta cidade”.⁴⁷ Tendo diferentes trechos com distintas referências, no segundo quartel do século dezenove fez-se designar toda a rua com um só nome, Rua da Alfândega, por ser um dos acessos à repartição aduaneira. É este o nome atual.⁴⁸

4. Rua de Gonçalo Gonçalves — Gonçalo Gonçalves, o velho, foi referido amplamente em muitos documentos do século dezesseis. Pelo nome de Gonçalo Gonçalves, o Moço, já em 1636 se registra: “na várzea desta cidade, na travessa de Gonçalo Gonçalves”.⁴⁹ Em 1630 o caminho é referido como “rua que vai para o Cruzeiro da Candelária” ou “rua que vai para a Candelária”.⁵⁰ Com uma história cheia de meandros, a via teve vários outros nomes. Foi amplamente conhecida como rua do Sabão, como em 1771: “rua do Sabão”, na qual

³⁹ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 77, p. ? 01/01/1635.

⁴⁰ Cf. ABREU, loc. cit., escritura pública de 30/12/1676.

⁴¹ FREIRE, Felisbeto, *O Economista, s/d, apud* VIEIRA FAZENDA, op. cit., tomo V, p. 571. Por sua vez, ABREU, Maurício, loc. cit., em anotação específica, informa que “é um erro” a identificação, no que parece estar correto. Abreu opina que “parece ser a rua de Antonio Vaz Viçoso”. Suspeitamos, entretanto, que Abreu também erra, pois nos parece ser a rua de Manoel dos Rios. 14/10/1624.

⁴² Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 6º Livro do Tombo, p. 29; VIEIRA FAZENDA, op. cit., tomo V, 572. 01/01/1686. Cf. NORONHA SANTOS, Francisco Agenor, “Rua Detrás do Hospício”, online: <https://reficio.cloud/rio/logradouro/noronha-santos-rua-detras-do-hospicio/> [Acesso de 20/01/2022].

⁴³ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 64, p. ?. 22/04/1701.

⁴⁴ Idem, 68, p. 116v. 16/10/1703.

⁴⁵ SILVA-NIGRA, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 12, nota 36. 26/08/1600.

⁴⁶ Arquivo Nacional, 2º. Ofício de Notas, 50, p. 12v. 01/04/1738.

⁴⁷ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 80, p. ?. 03/03/1711.

⁴⁸ Cf. NORONHA SANTOS, Francisco Agenor, “Rua da Alfândega”, online: <https://reficio.cloud/rio/logradouro/noronha-santos-rua-da-alfandega/> [Acesso de 20/01/2022].

⁴⁹ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 34, p. 51v; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-55, p. 124. 18/10/1636.

⁵⁰ Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 5º. Livro do Tombo, p. 15v; VIEIRA FAZENDA, I, 172; Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Tombo Geral, 1788, p. 4. 12/03/1630.

estava “o oratório do Senhor Bom Jesus do Bonfim, junto à freguesia da Candelária”.⁵¹ Ou, como em 1772: “rua do Sabão Velho, indo para o campo”, na qual estavam “casas da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Calvário”, cujos fundos davam “para a Travessa da Alfândega”.⁵² Por esta razão, a via foi amplamente referenciada como rua do Bom Jesus, como em 1778: “rua do Sabão ou do Bom Jesus”⁵³. Posteriormente foi incorporada à Avenida Presidente Vargas.

5. Rua de Manoel dos Rios — Após a rua do Sabão, a próxima paralela era a *rua de Antônio Vaz*, posteriormente rua de São Pedro, a qual cedeu lugar para as obras das avenidas Presidente Vargas e Uruguaiana. Após a rua de Antônio Vaz Viçoso, estava a *rua de Domingos Coelho*, posteriormente travessa ou rua das Violas, que, por sua vez, recebeu o nome de Rua Teófilo Otoni.

Após essas duas ruas, chegava-se à travessa de Manoel dos Rios. Este, conforme carta de sesmaria de 1603, comprou “um chão ao redor do ribeiro de São Bento”, informando “estar há muitos anos de posse da terra”.⁵⁴ Em 1612, ele comprou, com outros da câmara, chão na várzea da cidade, na proximidade do açougue.⁵⁵ Em 1636, fez ele doação de chãos “na rua nova que se agora abriu”.⁵⁶ No mesmo ano se registra: “na várzea desta cidade, pelo caminho de Vila Verde, na travessa de Manoel dos Rios acima, rua que antigamente se chamava de São Cristóvão e hoje se chama de Nossa Senhora da Conceição”.⁵⁷ A via tornou-se mais conhecida como rua dos Pescadores, designação que atravessou séculos. Já é referida assim em 1647: “rua dos Pescadores indo para o campo”.⁵⁸ Recebeu, por fim, o nome de Rua Visconde de Inhaúma.

O denominado “Campo da Cidade”, para onde as referidas ruas travessas conduziam, tratava-se de área deserta que servia de pasto às vacas leiteiras, permanecendo assim por muitíssimo tempo. Chamado posteriormente de “Campo de São Domingos”, a área não urbanizada da cidade foi parte da zona rural com os seus “charcos, brejos e alagados”. Com a urbanização da vasta região, restaram como áreas livres o Rossio Grande (Praça Tiradentes), o Largo de São Francisco de Paula e o Campo de Santana. A igreja aqui erigida foi demolida para dar lugar à Estação D. Pedro II, nas origens da Estação Central do Brasil.⁵⁹

Atravessado o Campo da Cidade, adentrava-se ao arrabalde da cidade denominado *Capueiruçu*. Seguia-se adiante, então, em direção ao *sertão*.

⁵¹ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 140. 11/07/1771.

⁵² Idem, 141, p. 57v. 30/01/1772.

⁵³ Arquivo Nacional, 4º. Ofício de Notas, 95, p. 173. 23/04/1778. Cf. o relato circunstanciado da história da via por NORONHA SANTOS, Francisco Agenor, “Rua do Sabão (Bom Jesus / Gonçalo Gonçalves)”, online: <https://reficio.cloud/rio/logradouro/noronha-santos-rua-do-sabao/> [Acesso de 20/01/2022].

⁵⁴ Arquivo Nacional, Tombo das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro (TCSRJ), 143-146. 07/03/1603 e Arquivo Nacional, Tombo das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro (TCSRJ), 222. 24/03/1605.

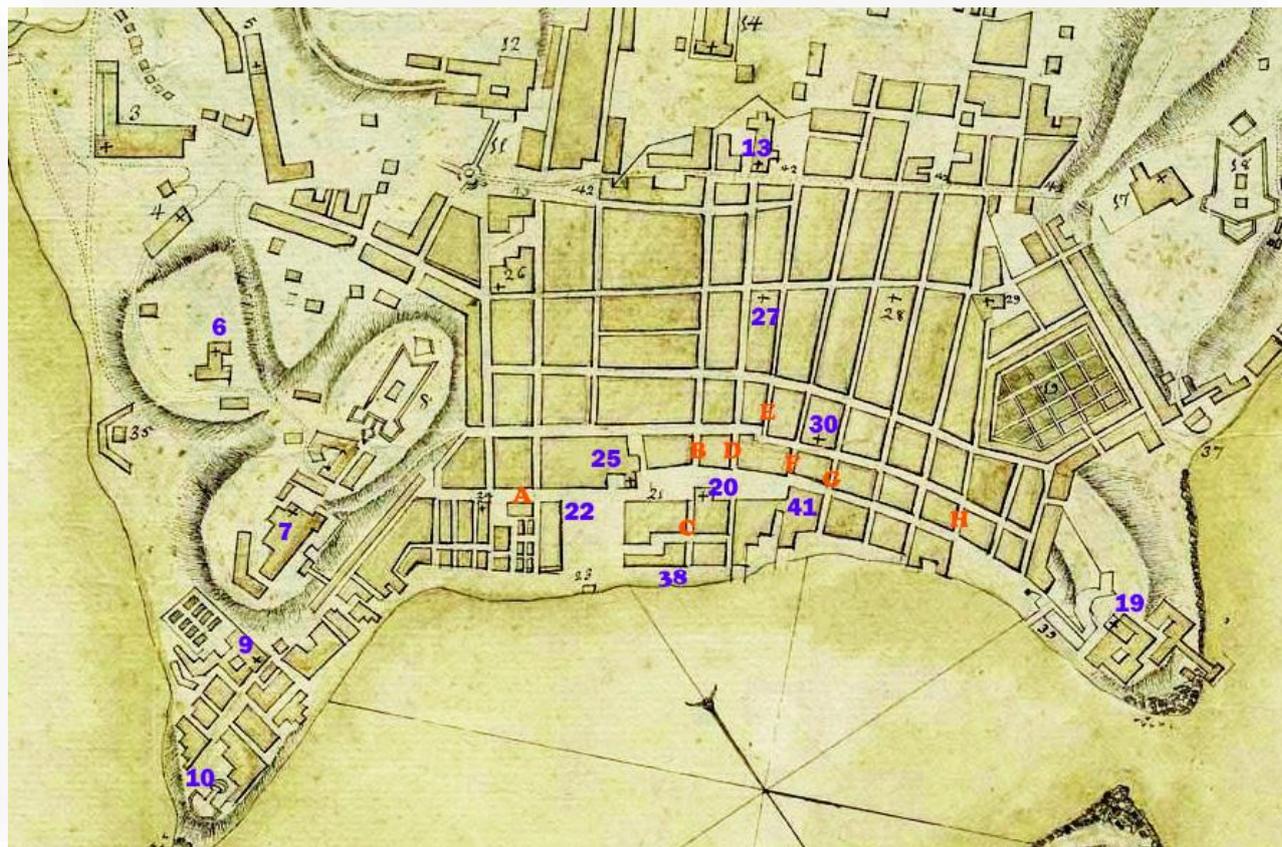
⁵⁵ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 27, p. 1; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-55; FREIRE, op. cit., p. 318. 29/11/1612.

⁵⁶ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 31, p. 74v; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-55, p. 64. 30/12/1632.

⁵⁷ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 34, p. 32; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-55, p. 121. 01/08/1636.

⁵⁸ Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (AMSBRJ), Seção 2, Nº 78. 11/05/1647.

⁵⁹ Cf. verbete introdutório, “Campo de Santana (Rio de Janeiro)”, online: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_de_Santana_\(Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_de_Santana_(Rio_de_Janeiro)) [Acesso de 20/01/2022].



PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO (*RECORTE*), 1775

Luiz dos Santos Vilhena (1744-1814), Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

6. Sé Velha; 7. Colégio dos Jesuítas; 9. Hospital da Misericórdia; 10. Forte de São Tiago; 13. Rosário dos Pretos; 19. Convento e Quinta de São Bento; 20. Santa Cruz; 22. Palácio dos Vice-Reis; 25. Convento do Carmo; 27. Hospício dos Pardos; 30. Candelária; 38. Praia do Peixe; 41. Alfândega

A. Rua Direita (*Primeiro de Março*); B. Rua de Aleixo Manoel (*Ouvido*); C. Travessa da Cruz/ Travessa do Gadelha;
D. Rua de Pedro da Costa (*Rosário*); E. Rua de Padre Matoso / Detrás do Hospício, ainda não prolongada (*Buenos Aires*);
F. Rua de Diogo de Brito / Quitanda do Marisco (*Alfândega*); G. Rua de Gonçalo Gonçalves / Sabão / Bom Jesus (região da *Getúlio Vargas*); H. Rua de Manoel dos Rios / Pescadores (*Visconde de Inhaúma*)

Numeração e designação original dos marcos, com base em Luiz dos Santos Vilhena. Sobreposição nossa com identificação de vias.

UM ADVOGADO EM SÃO SEBASTIÃO

Jorge Fernandes da Fonseca nasceu em 1585 no extinto concelho de Buarcos, no atual concelho de Figueira da Foz, distrito de Coimbra, em Portugal; seus pais eram Francisco da Fonseca Diniz, natural de Aveiro e Juliana Nunes, natural de Lisboa.⁶⁰ A sua instituta na *Universidade de Coimbra* é datada de 4 de novembro de 1596, realizando matrículas em 18 de novembro de 1597 e 1 de outubro de 1598. Coursou a Faculdade de Cânones, com formatura em 26 de maio de 1602, havendo ainda prestado exame de Bacharel em Cânones no dia vinte e um de junho seguinte.⁶¹

⁶⁰ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII). Tomo II: F - M*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1967, p. 150.

⁶¹ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). Código de Referência: PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/F/004951

A faculdade de Direito tinha inicialmente uma grande tradição de direito canônico e de direito romano. Assim, a Faculdade de Direito de Coimbra teve durante muito tempo uma licenciatura em *Cânones* e outra em *Leis*. Neste caso, a palavra *Cânone* deve ser entendida em sentido jurídico, pois essas licenciaturas formavam juristas profissionais. Na Faculdade de *Cânones* estudavam-se o *Corpus Iuris Canonici*, e na de *Leis* os preceitos contidos no *Corpus Iuris Civilis*. A Faculdade de *Cânones* compreendia sete cadeiras que faziam ressaltar a importância atribuída ao estudo das Decretais.⁶²

Em 1612 Jorge Fernandes da Fonseca já se encontrava no Rio de Janeiro exercendo alguma atividade profissional como jurista.⁶³ Gilberto de Abreu Sodré Carvalho assinala que é certo que Jorge Fernandes da Fonseca “tenha sido um dos primeiros ou o primeiro advogado formado residente no Rio de Janeiro”.⁶⁴ E acrescenta:

Jorge era homem culto e de formação universitária em um tempo de notável iletramento na elite, no Brasil e no Reino. Deve ter-se mudado para o Rio de Janeiro motivado pelas melhores oportunidades (...). Foi pessoa influente na sua nova terra.⁶⁵

Salvador opina que os “dotes intelectuais e a nobreza de caráter” trouxeram destaque ao jovem licenciado em *Cânones*.⁶⁶ Em 1613 ele se casou com dona Beatriz da Costa Homem.

Beatriz da Costa Homem (“Brites da Costa”), fluminense, nascida por volta de 1590, era filha de Aleixo Manoel Albernaz e dona Francisca da Costa Homem.⁶⁷ Era irmã do reverendo Pedro Homem Albernaz, clérigo influente, que foi administrador da Repartição do Sul em diversas interinidades.⁶⁸

Salvador observa ainda que, no início do século dezessete, na capitania do Rio de Janeiro verificava-se complexidade cada vez maior quanto à compra e à venda de escravos, questões de terra, de heranças, de empréstimos a dinheiro, de fretamento de navios, de débitos em atraso, e até de honra ofendida.

⁶² “De 1537 até à Reforma Pombalina (1772)”. FDUC Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra. Online: https://www.uc.pt/fduc/faculdade/a_nossa_historia/historia_2 [Acesso de 20/01/2022].

⁶³ “Quando vem atestado em uma procuração que lhe passou Francisco Viegas”, 1º Ofício de Notas, 12, 1612/4v./ Cx.1/M.A. Informação de Carlos Barata. Revista da ASBRAP, nº 11, 1999.

⁶⁴ CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. *A Inquisição no Rio de Janeiro, no início do século 18*, pp. 7-8, online: https://parentesco.com.br/pdf/9_JorgeDaFonseca.pdf

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos-Novos; Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, pp. 170-171.

⁶⁷ Cf. MACEDO SOARES, Antônio Joaquim. *Nobiliarquia Fluminense; Genealogia das Principais e Mais Antigas Famílias da Corte e Província do Rio de Janeiro; 1878*. Obras Completas do Conselheiro Macedo Soares, V, Parte II: “Os Abreos do Rio de Janeiro”. Niterói: Imprensa Estadual, 1947, pp. 10-11.

⁶⁸ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. “Albernazes e Homens da Costa”. In: Revista da ABRASP, Nº. 11, pp. 89-124, Online: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev11_art6.pdf [Acesso de 20/01/2022].

A justiça local via-se, pois, a braços com muitos casos difíceis, o que explica, também, a presença no segundo decênio e nos vindouros de uma série de advogados atuando no foro guanabarrino. Homens de escola, comumente, e não simples rúbulas. Um desses foi o Dr. Jorge Fernandes da Fonseca (...).⁶⁹

Como já assinalado, o sogro de Jorge Fernandes da Fonseca, o capitão Aleixo Manoel Albernaz, possuiu muitas terras e chãos, tendo doado algumas de suas propriedades. Falecido Aleixo Manoel em 1626, coube a Jorge Fernandes da Fonseca, por via de sua esposa, porção da herança de seu finado sogro. Entre as tais, destaquem-se terras na região “onde chamam Jaguaré”, que Aleixo Manoel obtivera em sesmarias. No final do século dezessete, essas terras ainda estavam em mãos de dois filhos do Licenciado Jorge.⁷⁰

Os dados reunidos por nós até o presente parecem indicar que também chegaram às mãos de Jorge Fernandes da Fonseca, por provável herança da esposa, se não inteiros pelo menos alguma fração dos chãos de Aleixo Manoel na várzea da cidade, em vizinhança com os padres do Carmo. Na década de 1640, conforme indicam os documentos de época, a residência de Jorge Fernandes da Fonseca situava-se em frente ao sobrado que pertencia a Miguel Arias Maldonado e sua segunda esposa, Bárbara Pinto de Castilho.

Em 1605, Miguel Arias Maldonado solicitara sesmaria de “cem braças de chão em quadra”, na cidade de São Sebastião.⁷¹ A sesmaria limitava-se pelo chão dos “reverendos padres de São Bento e com as cabeceiras de Salvador de Paiva e Manoel dos Rios”.⁷²

Em 1643, Miguel Arias Maldonado e Bárbara Pinto de Castilho fizeram doação “aos padres de Nossa Senhora do Monte do Carmo”. O chão doado situava-se “defronte de Jorge Fernandes da Fonseca”, e delimitava-se, por um lado, com *chãos* de padres jesuítas do Colégio da Companhia de Jesus; de outro lado, com casa de Fernão Lopes Bocarro, “comprada a Águeda Nunes, mulher que foi de João Fernandes Fontes”. Tratava-se de “sobrado, de pedra e cal, com sala, câmara, eirado e corredor, cozinhas, loggia e quintal”. A doação do casal foi feita com condição de “duas missas semanais com seus responsos sobre suas sepulturas”.⁷³

No final daquele século dezessete, os carmelitas aforaram um “sobrado, de pedra e cal, sito na travessa da Cruz”, declarando que se tratava de casa havida pelo Convento “de capela que nela deixou Miguel Arias Maldonado”.⁷⁴

⁶⁹ SALVADOR, op. cit., pp. 170-171.

⁷⁰ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 58, p. 3; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-4-88, p. 850. 04/07/1691.

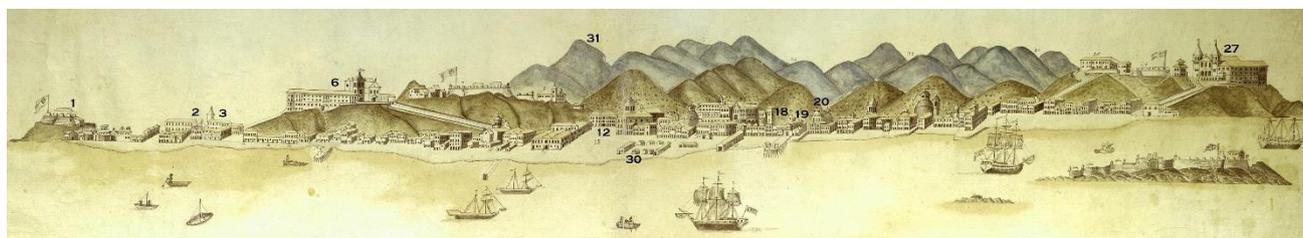
⁷¹ *Braça* é uma antiga medida de comprimento equivalente a 2,20 metros linearmente. Ao conjunto de três mil braças se dá o nome de *Léguas*. Sesmaria de *terras* eram em medida de *léguas*. Nos termos das vilas e cidades, as sesmarias de chãos eram regularmente medidas em *braças*, destinadas à construção de casas, comércios e oficinas. Propriedades maiores, concedidas fora da área urbana e em terras ocupadas anteriormente por aldeamentos indígenas, atingiam a marca de quinhentas braças.

⁷² Arquivo Nacional, Tombo das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro (TCSRJ), 222-223. 23/12/1605.

⁷³ Tombo dos bens pertencentes ao convento de Nossa Senhora do Carmo, na Capitania do Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 57, 1939, pp. 332-334; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 2-4-9, p. 100v. 30/06/1643. Na ocasião, o casal doou também ao Convento do Carmo “metade das terras de sesmaria” que tinham na Angra dos Reis da Ilha Grande, “onde chamam Peratihi” (Parati).

⁷⁴ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 63, p. 218v. 05/09/1699.

Assim, os dados documentais da época, bem como outros posteriores, indicam que o chão onde Jorge Fernandes da Fonseca muito provavelmente terá residido era defronte ao sobrado de Miguel Arias Maldonado, no perímetro entre os jesuítas ao sul e os beneditinos ao norte, nas proximidades dos carmelitas ao centro, isto é, na faixa de orla da baía onde floresceu a cidade de São Sebastião. Ele terá residido nas proximidades do local em que, no caminho futuramente chamado de “rua Direita”, surgiu um desvio que conduzia à cruz – a futura *Travessa da Cruz*. Em 1699, o sobrado, então em posse de uma das netas de Jorge Fernandes da Fonseca, foi vendido, declarando-se como situado “na rua que chamam do Gadelha”, popular referência à travessa que remetia para o conhecido indivíduo deste apelido.⁷⁵ O comprador, por sua vez, hipotecou o mesmo imóvel em 1705, declarando-o como situado à “Travessa da Cruz”.⁷⁶ Os vizinhos eram os mesmos por ocasião dos dois negócios.⁷⁷ Desde a década de 1640, nos dias de Jorge Fernandes da Fonseca, a residência limitava-se por um dos lados com casa cujos proprietários eram padres jesuítas. Estes chãos os jesuítas compraram em 1618, deles tomando posse em 1620, ainda no tempo de Aleixo Manoel, e em 1658 já haviam refeito ou reformado pelo menos a casa vizinha ao imóvel da família Fonseca. Em síntese: Em perspectiva histórica mais ampla, o sobrado situava-se no trecho inicial da antiga rua de Aleixo Manoel, sogro do Licenciado Jorge, nos primórdios da futura Rua do Ouvidor.



PROSPECTO DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, 1775

Luiz dos Santos Vilhena (1744-1814), Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

1. Forte de S. Tiago; 2. Misericórdia; 3. Hospital; 6. Colégio que foi dos Jesuítas; 12. Convento do Carmo; 18. Igreja da Cruz; 19. Alfândega; 20. Hospício; 27. Convento de S. Bento; 30. Praia do Peixe; 31. Corcovado

Numeração e designação original dos marcos.

O ENGENHO PEQUENO

Freire relembra que a colonização e povoamento do lado ocidental da cidade, desde a rua da Carioca até São Cristóvão, são tão antigos como os de Botafogo, Laranjeiras e Rodrigo de Freitas.⁷⁸ No ano da fundação da cidade de São Sebastião, em 21 de novembro, os jesuítas receberam uma imensa sesmaria, cujos limites na baía iniciavam distando “légua e meia” da cidade, em “água a qual se chama Iguazu”, até uma tapera que se chama Inhaúma⁷⁹, adentrando “o sertão” a oeste. Até o século dezoito os jesuítas eram, assim,

⁷⁵ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 63, p. 252. 05/11/1699. Em 1661, a travessa era referida como “rua vulgarmente chamada do Gadelha”. Cf. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 39-3-71; 03/11/1661. VIEIRA FAZENDA, op. cit., tomo II, 452-453. As travessas geralmente eram qualificadas. Cf. um exemplo para referir-se à futura Rua da Alfândega em meados do século XVII: “rua travessa que vem do mar e praia para o sertão”. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-57, p. 244. 01/01/1658.

⁷⁶ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 71, p. 115. 14/09/1705.

⁷⁷ Foi, em rigor, em 12 de outubro de 1620. Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro (1962). In: MACEDO, D. L. de (transcritor), Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, tomo 82, p. 236.

⁷⁸ FREIRE, Felisbelo. *História...*, op. cit., p. 382.

⁷⁹ PIZARRO, José de Souza Azevedo e Araújo. “Relação das sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 63(1) 93-153, 1900, p. 95. Atualização ortográfica nossa.

os maiores donos dessas terras suburbanas;⁸⁰ da confluência dos atuais Estácio e São Cristóvão até as montanhas da Zona Norte, eles administravam engenhos que produziam o melão e o açúcar para a exportação, criavam cabeças de gado e exerciam muitas outras atividades em largo espectro. Em terras jesuíticas localizava-se a *aldeia de Martinho*, onde inicialmente se estabeleceram os indígenas conduzidos por Arariboia, antes de instalar-se a aldeia São Lourenço, do outro lado da baía.

Nos arrabaldes da cidade, dentre as originais lagoas que foram posteriormente aterradas, estava a *Lagoa da Sentinela* ou *Lagoa de Capueiruçu*.⁸¹ Ela ficava no antigo caminho que conduzia a Mata-porcos (antigo nome do bairro Estácio). O local de sua existência seria onde as Ruas Mata-cavalos (atual Riachuelo) e Rua do Conde (atual Frei Caneca) se encontravam, muito próximo ao bairro do Catumbi. Como referência, pode-se dizer também que se situava ao lado do Morro do Senado que foi desmantelado no início do século vinte.⁸²

Freire refere-se a dois primitivos caminhos que conduziam da cidade à região da Capueiruçu. Um deles chamava-se *Caminho de Mata-cavalos*, que dava passagem do Desterro (atual morro de Santa Teresa) para a Lagoa de Sentinela. O caminho atravessava o Catumbi Grande, um pouco mais à frente seguia por Mata-porcos (atual Estácio) e, atravessando o Vale do Iguaçu (atual Rio Comprido) adentrava-se para o sertão (sic).⁸³

O segundo caminho, sugere Freire, seria mais antigo que o de Mata-cavalos. Tratava-se do *Caminho do Capueiruçu* ou *Caminho para o Engenho Pequeno*. Freire argumenta que o caminho dava-se em prosseguimento da atual Rua da Alfândega em direção à Lagoa de Capueiruçu (Sentinela), atravessando o Campo da Cidade (atual Campo de Santana). Este caminho do Capueiruçu comunicaria, em desenho mais reto que o de Mata-cavalos, a região agrícola do leste da lagoa com o porto da cidade.⁸⁴ Do primitivo Caminho do Capueiruçu teria se originado, se não em toda a sua extensão, ao menos numa grande parte, a atual *rua da Alfândega*, que é um dos mais antigos logradouros da cidade do Rio de Janeiro. O trecho ao longo do Caminho do Capueiruçu deu origem à rua do Riachuelo, perto da rua Frei Caneca, até o Largo do Estácio.⁸⁵

⁸⁰ Por muito tempo, "subúrbio" referia-se a tudo que estava fora do perímetro central da cidade.

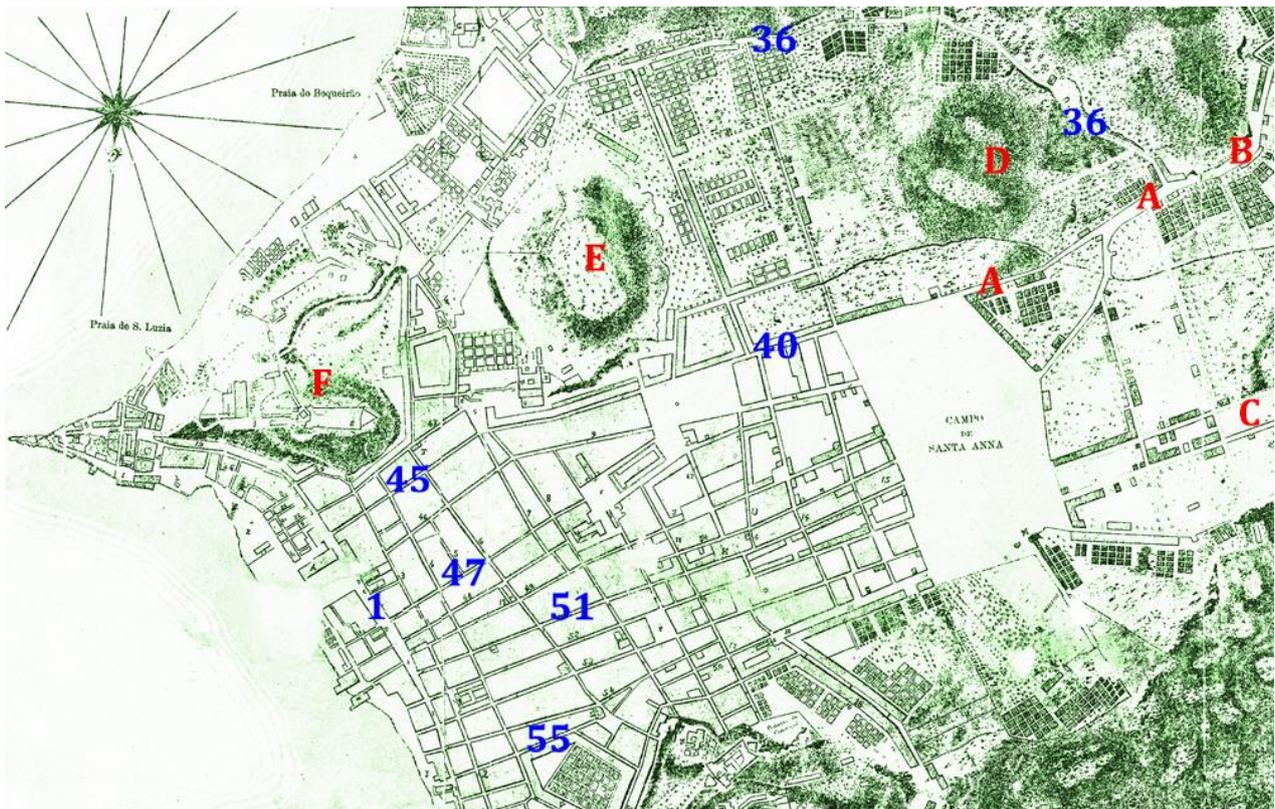
⁸¹ A nome da lagoa era grafado originalmente como Capueirussu ou Capouerussú.

⁸² "Antigas Lagoas do Rio de Janeiro", online: <https://www.riodejaneiroaquí.com/pt/antigas-lagoas.html>. [Acesso de 20/01/2022]. Ao visitar o texto, sugerimos oferecer alguma atenção ao mapa de uma reconstituição do território original do Rio de Janeiro, na área mais central, entre Botafogo e São Cristóvão.

⁸³ Freire, *História...*, op. cit., p. 84. Freire acrescenta que o caminho estaria também na origem da "rua do Engenho Velho", posteriormente rua Haddock Lobo e rua de São Cristóvão.

⁸⁴ Id., p. 85.

⁸⁵ Idem.



A PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO (RECORTE), 1808⁸⁶

1. Rua Direita; 36. Caminho de Mata-cavalos; 40. Rua do Piolho; 45. Rua da Cadeia; 47. Rua do Ouvidor (antiga Aleixo Manoel); 51. Rua da Alfândega; 55. Rua dos Pescadores (antiga Manoel dos Rios/ Caminho de São Cristóvão)
- A. Caminho da Sentinela (antigo Caminho do Capueiruçu); B. Fonte da Sentinela; C. Caminho de São Cristóvão; D. Morro do Senado; E. Morro de Santo Antônio; F. Morro do Castelo

Numeração e designação original de vias. Sobreposição nossa com identificação alfabética de marcos.

Na planta de 1808, o *Caminho do Capueiruçu* (Caminho da Sentinela) é o prosseguimento da via que, até 1852, era conhecida pelo nome de *Rua do Piolho* (atual *Rua da Carioca*). Antes dela, a via com início na orla e até a igreja de *Nossa Senhora da Boa Morte* era conhecida como *Rua da Cadeia* (atual *Rua da Assembleia*).

Freire adiciona que um dos primeiros povoadores da região de Capueiruçu foi o oleiro João Martins Castelhana, em 1607.⁸⁷ Sua propriedade ia da lagoa da Sentinela (um pouco adiante da embocadura da rua do Riachuelo na rua Frei Caneca) até a Cancela dos jesuítas.⁸⁸ Quando recebeu o aforamento em 1609, Castelhana já havia construído uma olaria. Grande parte destas posses territoriais de Castelhana foi transferida a Simão Leitão em 1619, justamente na região do primeiro aforamento onde Castelhana construía a olaria. Atualizando o aforamento de Simão Leitão, Freire delimita a sua propriedade: por um

⁸⁶ "A Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, levantada por ordem de Sua Alteza o Príncipe Regente, Nosso Senhor, no Anno de 1808, Feliz e memorável época da sua chegada à dita". Na Impressão Régia de 1812. Recorte.

⁸⁷ Para dados adicionais de João Martins, cf. BELCHIOR, Elysis de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, pp. 318-319.

⁸⁸ Freire, *História...*, op. cit., p. 85. A afirmação de Freire é que a propriedade de Castelhana se estendia "até o começo da rua de São Cristóvão, onde estava a Cancela dos Padres".

lado, da rua Frei Caneca, “na embocadura da rua do Areal”⁸⁹ até Catumbi; por outro, de Barro Vermelho até as fraldas dos morros do Livramento e São Diogo (“que se chamavam outeiros de Álvaro Pires”).⁹⁰

Simão Leitão construiu um engenho em terras que depois passaram-se a Jorge Fernandes da Fonseca.⁹¹ De uma relação dos engenhos primitivos do Rio de Janeiro consta este engenho do licenciado Jorge Fernandes da Fonseca. Registra-se que ele teria comprado o engenho de açúcar a Simão Leitão, e que, em 1 de março de 1620, teria pedido aforamento das terras para mais dezoito anos – isto é, a enfiteuse era para nove anos e renovável por igual período.⁹²

Em 26 de fevereiro de 1639, o licenciado Jorge Fernandes da Fonseca adquiriu o *Engenho Pequeno*, cuja venda foi assinada pelo reitor do Colégio dos Jesuítas.⁹³ Alguns autores divulgam que o Engenho Pequeno fora fundado pelos jesuítas entre 1572 e 1575, mas tal informação pode resultar de interpolação de dados.⁹⁴ É importante salientar o objeto da compra: Uma chácara onde se encontrava a moenda. A posterior escritura de venda assim o especifica: “Um engenho (...) chamado Engenho Pequeno, comprado por (...) Jorge Fernandes da Fonseca, aos padres da Companhia”.⁹⁵ É importante que se delimite o que foi comprado, pois “Engenho Pequeno” passou a ser topônimo de referência à região.

Como era um lugar de várias chácaras, em escrituras públicas pode-se ler indicações tais como: “chácara sita no Engenho Pequeno”; “terras sitas no Engenho Pequeno”; “terras onde chamam o Engenho Pequeno”; “indo para o Engenho Pequeno”; “paragem chamada do Engenho Pequeno”⁹⁶...

No último quartel do século dezessete, “Engenho Pequeno” era topônimo equivalente ao estatuto de Jacutinga, Guaratiba, Campo Grande, Jacarepaguá e Tijuca.⁹⁷ Por isso, também referido como “distrito do Engenho Pequeno”⁹⁸ E assim se encontram referências ao lugar atravessando o século dezoito. Ainda no início deste século, pode-se encontrar a designação para descrever a posição periférica do lugar

⁸⁹ NORONHA SANTOS, Francisco Agenor, “Rua do Areal”, online: <https://reficio.cloud/rio/logradouro/noronha-santos-rua-do-areal/> [Acesso de 20/01/2022].

⁹⁰ Freire, *História...*, op. cit., p. 383. Atualização ortográfica nossa.

⁹¹ Idem, p. 382.

⁹² MELLO MORAES, Alexandre José de. *Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brazil; Desde a Descoberta do Novo Mundo ou America ate o anno de 1879*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, Typographo-editor, 1879, p. 142. Informa-se que Jorge Fernandes da Fonseca pediu aforamento para mais “dois nove” (sic) anos. Isto é, a enfiteuse era para nove anos e renovável por igual período.

⁹³ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 56, p. 59. 26/02/1639. Confronte-se com a escritura de venda: Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 56, p. 59. 23/10/1675.

⁹⁴ MELLO MORAES, Alexandre José de. *Archivo do Districto Federal; Revista de documentos para a história da Cidade do Rio de Janeiro*. Volume 3, 1896, p. 290. Os autores que endossam esta posição também dizem ser o Engenho Pequeno o mesmo que o “Engenho Velho” dos jesuítas. Convém ressaltar que mesmo Mello Moraes faz referência a dois “Engenho Pequeno”. Primeiramente, em São Francisco Xavier, fundado pelos jesuítas entre 1572 a 1575 (p. 124). Em outro lugar do texto, após falar do engenho do Licenciado Jorge da Fonseca, comprado a Simão Leitão, observa o autor: “Este engenho se desmanchou, mas os documentos do tempo não indicam o lugar de sua existência” (p. 142). A seguir, refere o “Engenho Velho, ou Engenho Pequeno” dos padres da companhia de Jesus, fundado pelos religiosos “entre os anos de 1580 a 1583” (p. 142). Observe que as datas de fundação são distintas.

⁹⁵ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 56, p. 59. 23/10/1675.

⁹⁶ Idem, 120, p. 219v. 06/05/1751.

⁹⁷ Ibidem, 54, p. 174v. 18/11/1679.

⁹⁸ Arquivo Nacional, 2º. Ofício de Notas, 44, p. 183. 19/10/1733.

em relação à cidade: “arrabalde onde chamam o Engenho Pequeno”⁹⁹ ou “arrabalde desta cidade onde chamam Engenho Pequeno”¹⁰⁰.

No último quartel do século dezoito, as referências se especificam: “paragem chamada Catumbi, que antigamente chamava Engenho Pequeno”¹⁰¹, ou ainda: “Catumbi, onde chamam o Engenho Pequeno”.¹⁰²

Vários autores têm afirmado que o antigo Engenho Pequeno dos jesuítas depois se tornou o “Engenho Velho” dos padres da Companhia de Jesus. Esta assunção, todavia, não se perfaz com pouca dificuldade.¹⁰³

As terras pertencentes ao engenho do licenciado Jorge Fernandes da Fonseca limitavam-se com as do *Engenho Santo Inácio*, no Rio Comprido, onde se fabricava açúcar e aguardente, e que em 1650 foi adquirido pelo Administrador Eclesiástico Antônio de Mariz Loureiro ao alferes Cristóvão Lopes Leitão e sua mulher, Mariana do Soveral. Nesta altura, o engenho Santo Inácio delimitava-se com terras dos jesuítas e do capitão Baltazar Leitão. À época, partes das terras do engenho Santo Inácio eram aforadas à Câmara.¹⁰⁴

O Engenho Pequeno será transmitido a um dos filhos do Licenciado Jorge, que o venderá em 1675 ao capitão Fernão Faleiro Homem. Falecido este, a chácara do antigo engenho passará à viúva, dona Ignês de Andrade. E desta, por sua vez, ao seu filho, capitão Manoel Faleiro Homem e ao seu genro, capitão Pedro Gago da Câmara. Estes, por sua vez, venderam a chácara em 1683 ao capitão Luiz Machado Homem.¹⁰⁵ Ao que parece, parte da propriedade era, então, “foreira ao Senado da Câmara”. A antiga chácara, no alvorecer do século dezoito, estará em posse de Luiz Machado Homem.

⁹⁹ Arquivo Nacional, 2º. Ofício de Notas, 32, p. 90. 09/09/1723.

¹⁰⁰ Idem, 44, p. 226. 18/01/1734.

¹⁰¹ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 148, p. 64. 30/04/1778. Cf. ainda Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 158, p. 120v. 19/10/1785.

¹⁰² Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 172, p. 10. 05/12/1792.

¹⁰³ “Engenho Velho” contrastava com o “Engenho Novo”, na fazenda de mesmo nome. Em 1707 os padres já tinham em funcionamento o engenho Novo, localizado a algumas léguas do Velho. A região será chamada “Engenho Velho” principalmente após a criação da freguesia de *São Francisco Xavier do Engenho Velho* em 1762; a sede da paróquia veio a ser a igreja originada da antiga *Capela de São Francisco Xavier*, construída pelos jesuítas. Ainda em 1726, e muitas vezes após, encontra-se a referência ao “engenho velho dos Reverendos Padres da Companhia de Jesus” (Arquivo Nacional, 4º. Ofício de Notas, 10. 07/03/1726). Cf. ainda AMANTINO, Marcia. *As origens da terra jesuítica na capitania do Rio de Janeiro e a implantação do engenho Velho no século XVII*. Am. Lat. Hist. Econ vol.23 no.3 México sep./dic. 2016. Online: <http://ref.scielo.org/pdd5th>. [Acesso de 20/01/2022]. Cf ainda o “Auto de inventário do engenho Velho”, por ocasião do sequestro de bens do Colégio dos Padres da Companhia de Jesus da cidade do Rio de Janeiro, de conformidade da carta régia de 2 de novembro de 1759. Arquivo Nacional Torre do Tombo, online: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8370527> [Acesso de 20/01/2022].

¹⁰⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-55, p. 160 e Códice 42-3-57, p. 205. 13/05/1650. Confrontar-se ainda com Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 37, p. 70; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-55, p. 160). Escritura de quitação passada em 26/6/1654.

¹⁰⁵ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 56, p. 59. 21/05/1683.

APÓS O PERÍODO FILIPINO

A Restauração da Independência ou Restauração de Portugal foi um processo histórico que buscou a autonomia portuguesa após sessenta anos de *União Ibérica* (1580-1640). A insurgência ou revolta dos portugueses culminou com a instauração da quarta dinastia portuguesa, a Casa de Bragança — com a aclamação de D. João IV, seguindo-se um período de vinte e oito anos de guerra com a Coroa de Castela. A 28 de janeiro de 1641, as cortes portuguesas reunidas em Lisboa, cinquenta e nove dias após a Restauração da Independência, reconheceram D. João IV, rei legítimo, que foi depois aclamado como tal pela população. No Rio de Janeiro foi celebrado o acontecimento. Após 31 de março teriam ocorrido oito dias de festas com pompa, tendo sido organizado um préstito, no qual tomaram parte, em marcha, cento e dezesseis cavaleiros

(“a encamisada”), com capas e archotes, entre os quais o próprio governador, Salvador Correia de Sá e Benevides. Contou-se ainda com “alardo” ou parada, corridas de touros, jogo de canas e de manilhas. Teriam merecido “os mais entusiásticos aplausos da multidão dois grandes carros profusamente ornamentados de flores e que desfilaram pelas ruas da cidade, *ao som da charanga do licenciado Jorge Fernandes da Fonseca*”.¹⁰⁶ Não tem faltado quem inscreva o referido préstito nos preâmbulos da história do carnaval carioca...¹⁰⁷



SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES (1602-1688)

Óleo sobre tela, 1673-75, Feliciano de Almeida (1635-1694, pintor régio português), Galeria Uffizi, Florença, Itália
Recorte em Elipse

Salvador Correia de Sá e Benevides foi um militar de prestígio e com amplos serviços ao Império Português, inclusive no contexto da Restauração. Foi por três vezes governador da capitania do Rio de Janeiro (1637-1642, 1648 e 1659-1660); governador das capitanias do Sul do Brasil (1659-1662); governador de Angola (1648-1651) e Almirante da Costa do Sul e Rio da Prata com superintendência em todas as matérias de Guerra. Foi também administrador de todas as Minas do Brasil e Conselheiro dos Conselhos de Guerra e Ultramarino.

A família Fonseca parece ter desfrutado de algum prestígio junto ao governador Salvador Correia de Sá e Benevides e seus familiares. Em 1642, Jorge Fernandes da Fonseca foi procurador do general Salvador Correia de Sá e Benevides na causa que lhe movia seu tio, Duarte Correia Vasqueanes, com referência ao

¹⁰⁶ BARRETO, João Paulo de Mello, LIMA Herméto. *História da polícia do Rio de Janeiro; aspectos da cidade e da vida carioca*. Vol. 1. Rio de Janeiro: A Noite, 1939, p. 37. “Charanga”: designação de antiga banda militar formada principalmente por instrumentos de metal, com ou sem os de percussão. Itálicos nossos.

¹⁰⁷ Cf. “Vida e paixão sem morte do carnaval brasileiro”. Folha da Manhã. São Paulo, domingo, 24 de fevereiro de 1952. Online: http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_24fev1952.htm [Acesso de 20/01/2022].

governo do Rio de Janeiro.¹⁰⁸ Duarte Correia Vasqueanes substituiu por algumas vezes o governador quando de suas ausências.¹⁰⁹

Acrescente-se que familiares de Jorge Fernandes da Fonseca foram vizinhos de familiares do governador. Sabe-se que o governador, que possuiu muitos imóveis, inclusive na proximidade do paço, possuiu imóvel na Rua do Gadelha. O governador e sua esposa, dona Catarina de Vasconcelos de Velasco, receberam em permuta de imóveis que fizeram com a Câmara em 1661, uma casa “na rua que vulgarmente chamam do Gadelha”.¹¹⁰ Em 1666 já se fazia corrente referir-se à casa de propriedade do “General Salvador Correia de Sá e Benevides” na “rua que chamam do Gadelha”.¹¹¹ Martim Correia de Sá e Benevides Velasco, filho do governador, foi o primeiro *Visconde de Asseca*. No fim do século, tem-se registro de que dona Ângela de Melo, a Viscondessa de Asseca, viúva, era vizinha de herdeiros de Jorge Fernandes da Fonseca, na travessa da Cruz ou rua a que chamavam “do Gadelha”.¹¹²

Jorge Fernandes da Fonseca, a quem as boca miúdas atribuíam “a mácula de sangue cristão-novo”, faleceu no Rio de Janeiro em 1660.¹¹³ Ele e sua esposa, Brites da Costa, suscitaram descendência, tendo-se conhecimento de seis filhos, todos do sexo masculino, dentre os quais o padre Manoel da Fonseca Homem e o capitão Gregório Nazianzeno da Fonseca. A seguir serão oferecidas mais informações sobre dois outros filhos.

O DOUTOR GADELHA

Francisco da Fonseca Diniz, ao que tudo indica o filho primogênito de Jorge Fernandes da Fonseca e dona Beatriz da Costa Homem, fluminense, nasceu por volta de 1615, tendo recebido o nome do avô paterno. Francisco da Fonseca Diniz, que alguns reputam como o primeiro médico fluminense, formara-se na Universidade de Salamanca, na Espanha, em 1637, conforme informação de Carvalho.¹¹⁴ Ele recebeu a alcunha de “o Gadelha”.

Ga-de-lha |ê| (guedelha, com variações em gadelho, guedelho), substantivo feminino, que parece originar do latim (**viticula*, -ae, pequena vide), é vocábulo português arcaico para “cabelo comprido e desgrenhado” ou “porção de cabelos”.

¹⁰⁸ CARVALHO FRANCO, Francisco de A. “Os Capitães-mores de Itanhaen”. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940, p. 41.

¹⁰⁹ Duarte Correia Vasqueanes foi governador do Rio de Janeiro por três vezes, sendo duas interinamente, quando se afastava seu sobrinho Salvador Correia de Sá e Benevides. Foi governador interino do Rio de Janeiro, 1642-1643, governador efetivo do Rio de 1645 a 1648, quando da ausência do sobrinho e de novo interino em 1648-1649.

¹¹⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 39-3-71; VIEIRA FAZENDA, II, 452-453. 03/11/1661.

¹¹¹ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 47, p. 165v. 09/07/1666.

¹¹² Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 63, p. 252. 05/11/1699. e Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 71, p. 115. 14/09/1705.

¹¹³ Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra B, mc. 11, n.º 1. ANTT PT/TT/MCO/A-C/002-002/0011/00001. Cf. também CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. *Fragmentos da Genealogia dos Abreu Sodré*. Revista da ASBRAP n.º 22, p. 238. Cf. do mesmo autor, “A Inquisição no Rio de Janeiro, no início do século 18”, pp. 7-8, online: https://parentesco.com.br/pdf/9_JorgeDaFonseca.pdf [Acesso de 20/01/2022].

¹¹⁴ CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. *Rio de Janeiro: Fundação, Disputas e a Ocupação Sociopolítica da Guanabara (séculos 16 e 17)*. Revista da ASBRAP n.º 25, p. 20. Cf. online: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev_25_2018/b-rio_de_janeiro_fundacao_disputas_oupacao_sociopolitica_da_guanabara.pdf [Acesso de 20/01/2022].

Desenvolveu-se, por extensão, para “porção de quaisquer fios” e, figuradamente, para “proveito, lucro, interesse”.¹¹⁵

Francisco da Fonseca Diniz casou-se com dona Isabel Rangel de Macedo, também fluminense, a qual recebeu o mesmo nome da mãe. Isabel Rangel de Macedo era filha de Baltazar de Abreu Souto Maior, moço fidalgo da Casa Real.

Os avós maternos de Isabel Rangel de Macedo eram Julião Rangel de Macedo, capitão na conquista do Rio de Janeiro, e dona Beatriz (“Brites”) Sardinha, da mesma família de D. Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil. A família Abreu desde o início se uniu ao tronco Rangel de Macedo a ponto de serem considerados uma única família.

Tem-se como melhor hipótese que Francisco da Fonseca Diniz estabeleceu-se inicialmente na *Rua de Aleixo Manoel*, mais especificamente no trecho da via em que residiram seus pais e seus avós maternos. Ele possuiu uma casa na rua de Aleixo Manoel, no trecho que passou a ser referido como *Travessa do Gadelha*. A travessa assim é referida a partir de 1660, quando o doutor realizava as suas mais febris atividades. Sabe-se que a metade do engenho de Ipiiba passou ao filho, o (à época) capitão Baltazar de Abreu Cardoso, e que no início de 1674 o engenho foi vendido... Assim, não é de todo improvável que ele tenha residido na rua Aleixo Manoel nas décadas finais do século dezessete. Neste período, a via pública foi amplamente referenciada como “rua que vulgarmente chamam do Gadelha”.

Do outro lado da baía, os índios da aldeia de São Lourenço obtiveram em transação de permuta meia légua nas cabeceiras de sua sesmaria. Os padres da Companhia de Jesus, procuradores dos índios, a “venderam em 1651 ao doutor Francisco da Fonseca Diniz”.¹¹⁶ Na medição da sesmaria dos índios, realizada em agosto de 1659, registrou-se que, “passado o rio Guaxindiba” e adiante uma várzea e um outeiro, entestava-se com “o caminho de carro” pelo qual, “coisa de cento e cinquenta braças pouco mais ou menos do sítio das laranjeiras”, chegava-se à fazenda do dito doutor, que fazia divisa com a sesmaria dos índios.

E feita a dita divisão, e postos os ditos marcos, mandou o piloto abrir o dito rumo, indo pelo dito caminho até entestar com um outeiro, que passado ele, demos em uma várzea, onde passamos um riacho pequeno, e passado ele fomos subindo por um outeiro, e descendo por ele abaixo, aos solais dele fomos outra vez entrar em o dito caminho de carro do dito doutor, cousa de cento e cinquenta braças pouco mais ou menos do sítio das laranjeiras para a parte do dito doutor, e na borda do dito caminho pusemos um marco de pedra, e daí fomos correndo com o dito rumo atravessando um rio chamado Ipihyba [Ipiiba], atravessando-o em coisa de vinte braças três vezes, e na fralda de um outeiro, com que demos a segunda légua por acabada, com que perfizemos as duas léguas, em que pusemos um marco de pedra

¹¹⁵ Cf. COSTA E SÁ, Joaquim José da. *Diccionario Portuguez-Francez-e-latino*, “novamente compilado, que á augustíssima senhora D. Carlota Joaquina, Princeza do Brasil, oferece, e consagra, Joaquim José da Costa e Sá, Professor Régio de Língua Latina, e Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa”. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794. Cf. “Gadelha” e “Gadelhudo”.

¹¹⁶ “Escritura de transacção e amigável composição, que fazem os padres da companhia com os moradores do rio Mariguhy da banda de S. Lourenço”. Rio de Janeiro, 6 de julho e 22 de agosto de 1656. *In*: Revista do Instituto Histórico e Geographico. Terceira Série. Tomo XV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, p. 310.

*espalmada, e de grosso gouso de dois dedos, com duas testemunhas. E posto o dito marco, o dito piloto mandou abrir o rumo ao sul e quarta de sudoeste para medir as seiscentas braças para nos pormos leste ao oeste com o rumo da outra meia légua primeira, e chegando ao fim ditas seiscentas braças por cima de um outeiro, que está detrás da fazenda do dito Dr. Francisco da Fonseca, onde metemos um marco de pedra branca com duas testemunhas, e por fronteiras uma cruces em uns paus grossos, que estão defronte do dito marco, com que demos fim do dito travessão, que medimos das ditas seiscentas braças ao sul quarta de sudoeste.*¹¹⁷

Assim, nas proximidades do rio Ipiiba (“Ipihyba”), por detrás da casa e sítio que tinha o doutor havia “uns morros e matos”, onde foram assinalados os limites com um marco de pedra. Entrou o dito rumo pela terra do doutor “duzentas e cinquenta e duas braças e meia”.¹¹⁸

Não há como entender a história de Niterói sem rememorar que, nas *aldeias de repartição*, os diferentes povos indígenas misturaram-se e transformaram-se em súditos cristãos e passaram a servir ao Império português. O aldeamento de *São Lourenço* foi a primeiro da capitania. Formou-se, principalmente, por índios Temiminós vindos do Espírito Santo, onde tinham se estabelecido com o apoio de Vasco Fernandes Coutinho, devido a conflitos com *Tamoios*. Retornaram ao Rio de Janeiro para lutar ao lado dos portugueses contra franceses e Tamoios e, em decorrência dessa atuação, Arariboia, líder dos Temiminós e Cavaleiro da Ordem de Cristo, recebeu terras para constituir o seu aldeamento na capitania. Inicialmente, foi criada a *aldeia de Martinho* que, por razões de defesa, localizou-se, na recém-criada cidade do Rio, em terras dos jesuítas.¹¹⁹

Em 16 março de 1568, Dom Antônio de Mariz (1536-1584), o provedor da Fazenda Real, e sua esposa, dona Isabel Velho (1541-1619), assinaram renúncia de uma sesmaria que possuíam no leste da Baía, defronte da cidade, para que Arariboia ali estabelecesse a sua aldeia. Justificaram a doação na escritura de renúncia: “dar a Martim Afonso, do gentio desta terra, pelos muitos serviços que nisso faz ao Senhor Deus e a El-Rei, nosso Senhor”. Uma das três testemunhas assinou a rogo de Isabel Velho, declarando o tabelião público: “por ela ser mulher e não saber assinar”. Com base na renúncia, o governador Mem de Sá concedeu, no mesmo dia, carta de sesmaria a Arariboia: “Uma légua de terra ao longo do mar e duas léguas para o sertão”.¹²⁰ O auto de posse da sesmaria por Arariboia foi em 1573.

¹¹⁷ “Medição da sesmaria de duas léguas de índios de S. Lourenço, feita em 1659, pela linha de fundo da parte de Mariguhy”. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico. Terceira Série. Tomo XV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, p. 319. Atualização ortográfica nossa.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural”. *Fronteiras & Debates*, vol. 2, Nº 1, 2015, p. 119-147. Cf. também ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Presença e atuação indígena na cidade do Rio de Janeiro colonial: das origens ao século XIX”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Nº 16, 2019, pp. 33-50.

¹²⁰ “Escriptura de reunúncia de terras que fazem Antônio de Marins e sua mulher Isabel Velha a favor do capitão Martim Affonso de Souza”. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, 3ª. Série, Nº. 15, 3º. Trimestre de 1854, p. 301ss...

Localizada no atual bairro niteroiense de São Lourenço, a aldeia tornou-se importante baluarte de defesa da cidade do Rio. A administração do aldeamento ficou sob os cuidados de missionários da *Companhia de Jesus*.

A fazenda e engenho do doutor Gadelha situavam-se, pois, na região do rio que, em 1659, chamavam “Ipihyba”.

Observa Silva que o nome Ipiiba “servia como designação de uma árvore de madeira dura chamada pelos tupinambás de Ipeúba, abundante por ali”. Acrescenta o autor que o território referido pela toponímia quinhentista tinha uma extensão imensa.¹²¹ Designavam as terras no sertão ao fundo da aldeia dos índios de São Lourenço, seguindo-se para a direção de Maricá, até entestar com a região “de trás da tapera de Araçatiba”, onde ficavam as terras do aldeamento jesuíta de São Barnabé, nas proximidades do rio Cabuçu e da Serra de Itaitindiba.

Importante para a compreensão da evolução histórica da vasta região foi a igreja de *São Sebastião de Itaipu*, cujas obras foram concluídas em 1716, tendo sido elevada a condição de paróquia independente em 1721. Em 1755, por alvará de 12 de janeiro, foi criada a freguesia de São Sebastião de Itaipu.¹²² Em 1835, por meio de ato estadual, a então *Vila Real da Praia Grande* foi elevada à categoria de cidade com a denominação Niterói. Por intermédio da mesma lei, as povoações de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros e São Sebastião de Itaipu foram elevadas a categoria de freguesias e anexadas a Niterói. Já em setembro de 1890, um novo decreto estadual desmembrou de Niterói estas freguesias para criação de um novo município. Assim instituiu-se o município de São Gonçalo, formado por São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros e São Sebastião de Itaipu. Com isto, o município de Niterói passou a ser constituído de distrito único e homônimo.¹²³

Itaipu, pois, passara de início a ser o distrito niteroiense de Ipiiba, tendo passado depois a São Gonçalo. Depois, em 1924 voltou a denominar-se São Sebastião do Itaipu e, em 1938, apenas Itaipu, o qual, em 1943, voltou a Niterói, tendo este município atualmente apenas dois distritos.¹²⁴

Atualmente, Ipiiba é a designação do antigo distrito gonçalense que teve início com o *Engenho dos Cordeiros*. Tal distrito em 1938 passara a denominar-se José Mariano, e, em 1943, passou a denominar-se Ipiiba, e assim permanece.

¹²¹ SILVA, Rafael Freitas da. *O Rio antes do Rio*. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura Editorial, 2016, 427 pp. Posteriormente a aldeia de São Barnabé foi transferida, em 1584, para as margens do Rio Macacu, na região da atual Itambi.

¹²² “Matriz de São Sebastião”. Online: <https://www.saosebastiaodeitaipu.com.br/historia-da-matriz-de-sao-sebastiao> [Acesso de 20/01/2022].

¹²³ Cf. verbete introdutório “Itaipu (Distrito de Niterói)”, online: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaipu_\(distrito_de_Niter%C3%B3i\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaipu_(distrito_de_Niter%C3%B3i)) [Acesso de 20/01/2022].

¹²⁴ “Niterói”. IBGE. Online: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/historico> [Acesso de 20/01/2022].

Esta ampla reconfiguração regional permite ter-se ideia do amplo território que, primitivamente, era designado como Ipiiba (“Ipihyba”, “Piíba”).

Alguns autores têm identificado as cabeceiras da fazenda do Gadelha no atual bairro niteroiense de Fonseca.¹²⁵ Observa Gilberto de Abreu Sodré Carvalho que tanto a área como o caminho que a cortava tinham o nome “do Fonseca”. Acrescenta que a terra, que se tornou bairro, manteve o nome, desde meados do século dezessete até aos dias atuais. Acrescenta este autor que o caminho deu origem à Alameda São Boaventura.¹²⁶

O Gadelha tornou-se médico do Presídio do Rio de Janeiro, após falecimento do doutor Francisco Marques Coelho, tendo sido provido no cargo em fevereiro de 1654 pelo governador Luiz de Almeida, o Conde de Avintes.¹²⁷ Em 1663, em seu requerimento da provisão de Sua Majestade, informava acerca do cargo: “Tem servido... com grande satisfação, sem nunca faltar a cura dos soldados enfermos com sua assistência e as medicinas necessárias”.¹²⁸ Dentre os documentos que apresentou no requerimento desta provisão em tal cargo constavam atestados dos governadores Luiz de Almeida, Salvador Correia de Sá e Benevides, Pedro de Mello e dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro acerca de seus serviços.¹²⁹ Sabe-se que até pelo menos 1686 ocupou a função de médico do presídio.¹³⁰

O doutor Francisco da Fonseca Diniz exerceu atividades na Câmara do Rio de Janeiro. Relata-se um exemplo de sua atuação:

O Governador e o Ouvidor Geral, Pedro de Mustre Portugal, ordenaram o cumprimento de uma *Provisão* de 3 de setembro de 1649, isto é, de uma década atrás, pela qual se ordenara a supressão da indústria da bebida de aguardente, “que era sempre barata e de geral consumo”. O Governador ordenou assim uma *Resolução* em 7 de janeiro de 1659 e no dia onze seguinte “mandou a câmara publicar a Resolução”, em cumprimento da referida Provisão:

[...] mandando a todas as pessoas da Cidade e recôncavo, não fizessem nem consentissem se fizesse aquelas bebidas, e que nem fossem expostas à venda, nem para ele dessem ajuda e favor, com pena de duzentos cruzados pela primeira vez, pela segunda e duplo, e pela terceira deportação para Angola pelo tempo que parecesse conveniente, aplicando-se a metade da pena pecuniária para o acusador, e a outra para as obras da Carioca, e que seria queimada a embarcação que a importasse; e outrossim, debaixo das referidas penas, fossem obrigados os que tinham alambiques de cobre ou barro, com o fim de destilar aguardente, os levasse à Câmara naquele mês, para ali se quebrar e desmanchar, tornando-lhes depois de destruídos, e que todo o caldeireiro, ou outra pessoa que fizesse ou consertasse

¹²⁵ Escrituras de 1661 e 1669 fazem referência aos vizinhos da propriedade do Gadelha: Arquivo Nacional, Cartório dos Jesuítas, Maço 83, Nº 109; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 40-3-71, p. 23, 25/10/1661, e Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 49, p. 56; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-56, p. 121. 20/11/1669.

¹²⁶ Tem-se oferecido para o nome do bairro de Fonseca um relato diferente. Cf. verbete introdutório, “Fonseca (Niterói)”, online: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fonseca_\(Niter%C3%B3i\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fonseca_(Niter%C3%B3i)) [Acesso de 20/01/2022]. Pode-se ler em outro lugar: “...bairro do Fonseca, que deve seu nome a José da Fonseca Vasconcellos, um dos grandes fazendeiros de cana-de-açúcar da região”. Cf. “A História do Fonseca”, online: <https://www.omelhordobairro.com/niteroi-fonseca/historia> [Acesso de 20/01/2022].

¹²⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixa 5, Doc. Nº. 940-947.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixa 5, Doc. Nº. 940-947.

¹³⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixa 8, Doc. Nº. 1574.

*alambiques depois do pregão, incorressem nas mesmas penas. E finalmente, que até o mês de março se consumisse toda a aguardente existente, incorrendo nas penas os que fossem achados com aquele gênero, findo o prazo estabelecido, com a declaração de poderem os negros dos engenhos fazer o vinho de cachaça para o seu consumo somente, mas não para vender a alguém.*¹³¹

Para a referida resolução de 11 de janeiro de 1659 “assinaram somente o Juiz Presidente, o Doutor Francisco da Fonseca Diniz e os vereadores Manoel da Rocha e Manoel Caldeira Joanes”.¹³² Os evidentes interesses da *Companhia de Comércio* por detrás da resolução, o uso de aguardente permitido aos escravos, e as amplas consequências na economia e em práticas de contravenção, antecipam o destino que terá essa resolução da Câmara...

Por aquele mesmo tempo veio à câmara o Ouvidor Geral informando que havia suspeita de contágio em lugares como Lisboa e Évora, “ficando Badajoz com peste reconhecida”, e que “se fazia necessário toda a prevenção para evitar sua funesta comunicação no país”, porquanto convinha, “pelo bem geral, ordenar-se a franquia das embarcações que viessem do Reino, para se fazerem nelas os exames que a saúde pública exige, sabendo-se se vinham contagiadas as pessoas”. Sendo assim, nomeou-se o Provedor da Saúde, e “por médico da mesma”, a serviço da Câmara, o “Doutor Francisco da Fonseca Diniz, com o ordenado e vencimentos que já tinham sido estabelecidos antes da correição”.¹³³

Em março de 1675, Francisco da Fonseca Diniz era já referenciado como “Capitão”, o que parece retroceder, pelo menos, até o início de 1674, quando foi vendido o engenho em Ipiiba. Ele é referenciado ao lado de seu filho, que à época ainda detinha a igual patente: “O Capitão Francisco da Fonseca e a seu filho, Capitão Baltazar de Abreu Cardoso”.¹³⁴ Estima-se, pois, que em data anterior terá ele recebido a carta de patente. Em 1704 ele ainda será referido como capitão, o mesmo ocorrendo em 1719, portanto, após a sua morte.¹³⁵

Além da fazenda e engenho na atual Niterói, “o doutor Francisco da Fonseca Diniz” e sua esposa, dona Isabel Rangel de Macedo, possuíram diversos imóveis nos termos da cidade do Rio de Janeiro, para alguns dos quais se têm encontrado evidência documental. A seguir, algumas informações documentadas sobre algumas de suas propriedades:

- O casal possuía casa à “rua de Aleixo Manoel, o Velho, caminho da pabuna”, não sendo improvável que fosse parte de herança de família. Em 1653 o casal comprou de Eusébio Dias Cardoso e sua mulher, Francisca da Costa Homem (esta parece ser familiar da mãe do Gadelha)¹³⁶, chãos vizinhos à sua casa, “com

¹³¹ LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Na Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835, pp. 303-304. Atualização ortográfica nossa.

¹³² Idem, p. 303.

¹³³ LISBOA, op. cit., p. 306.

¹³⁴ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 53, p. 49v. 06/03/1675.

¹³⁵ Arquivo Nacional, 2º. Ofício de Notas, 28. 16/11/1719. Informa ABREU, loc. cit., que as confrontações do imóvel são mais bem “explicitadas em escritura de 26/1/1704 [1º Ofício] e por escritura de 24/1/1704 [4º Ofício]”.

¹³⁶ Escritura de 21/11/1653, 1º Ofício de Notas.

três braças de testada e doze de quintal”, os quais, em 1670, doaram “para instituição de patrimônio” ao “Licenciado Jorge de Oliveira”.¹³⁷

▪ Em março de 1673, registra-se que Manoel Coelho de Aguiar tinha “um partido de canas” no engenho “do Doutor Francisco da Fonseca Diniz, na Ipiiba (‘Piíba’), com seis peças do gentio de guiné.”¹³⁸ Registra-se ainda que o capitão Baltazar de Abreu Cardoso, filho do Gadelha, possuía a metade do engenho de açúcar, na Ipiiba (‘Piíba’), e que o tinha “de meias com seu pai, doutor Francisco da Fonseca Diniz”.¹³⁹

Em janeiro de 1674, o engenho de Ipiiba (‘Piiba’), nas terras ao fundo das duas léguas dos índios de São Lourenço, foi comprado por Lucas Antunes ao capitão Francisco da Fonseca Diniz e a seu filho, capitão Baltazar de Abreu Cardoso. No ano seguinte, Lucas Antunes o vendeu. A descrição do objeto da venda foi o seguinte:

(...) engenho (...) de fazer açúcar, da invocação de Nossa Senhora do Desterro, com 650 braças de testada e meia légua de sertão, e mais 100 braças de testada com meia légua de sertão, que estão contíguas, com 4 escravos e 35 bois, além de roças, canaviais e bananais, sito na banda d'além, onde chamam Piíba.¹⁴⁰

Lucas Antunes informou na transação de venda, cujo valor foi de dez mil cruzados, que o engenho ele o comprara do Gadelha e seu filho, mas que as terras foram recebidas por ele em dote.¹⁴¹ O capitão Lucas Antunes, cuja esposa chamava-se Antonia de Andrade, era sobrinho do capitão Mateus Antunes.¹⁴²

▪ Em 1674, o doutor Gadelha foi fiador de um negócio, hipotecando para tal um partido que possuía no engenho de Dona Catarina da Silva Sandoval, viúva do coronel Francisco Pereira Sodré, com “dez peças do gentio de guiné”.¹⁴³

▪ Em 1675, o “doutor Francisco da Fonseca Diniz e sua mulher Isabel Rangel” venderam ao capitão Fernão Faleiro Homem o *Engenho Pequeno*, que fora comprado “pelo pai do vendedor, Jorge Fernandes da Fonseca, aos padres da Companhia”, em 26 de fevereiro de 1639.¹⁴⁴

▪ Em 1690, o “doutor Francisco da Fonseca Diniz e sua mulher Isabel Rangel” venderam “uma parte e quinhão” de sobrado sito à “rua do pé da ladeira do Colégio”. Os herdeiros do capitão Francisco de Oliveira Vargas eram os “donos dos outros quinhões”, sendo um deles Ignácio de Oliveira Vargas, um dos genros do casal, que veio a comprar a referida casa.¹⁴⁵

¹³⁷ Seria Jorge de Oliveira o filho do casal, Frei Jorge da Apresentação? Escritura de compra: Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 41, p. 185; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-57, p. 320. 24/11/1653. Escritura de venda: Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 50, p. 65; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códice 42-3-56, p. 136. 29/03/1670.

¹³⁸ “Peças da Guiné” era a infame referência de época a escravos africanos.

¹³⁹ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 52, p. 63. 29/03/1673.

¹⁴⁰ 1º Ofício de Notas, 9/1/1674. Confira Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 53, p. 49v. 06/03/1675. A venda foi feita ao “Licenciado Bartolomeu de Oliveira”.

¹⁴¹ 1º Ofício de Notas, 9/1/1674. Confira Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 53, p. 49v. 06/03/1675.

¹⁴² Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 53, p. 6. 11/01/1674.

¹⁴³ Idem, p. 80. 07/05/1674. “Peças do gentio de guiné” era a forma infame como à época eram referidos os escravos africanos.

¹⁴⁴ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 56, p. 59. 23/10/1675. Comparar com negócio posterior, realizado pelo comprador: Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 56, p. 59. 21/05/1683.

¹⁴⁵ Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 57, p. 183. 02/03/1690. Cf ainda: ACMRJ, Freguesia da Sé, 5L0. 05/12/1682.

▪ Registrou-se que, em janeiro de 1704, o capitão Bento Ferreira de Melo comprou terras do capitão Francisco da Fonseca Diniz, a saber: “Um capão (...) com casa de vivenda coberta de telha, com árvores de espinho, sito na freguesia de Irajá”. Tal informação consta de escritura de quase dezesseis anos após.¹⁴⁶ Uma adicional informação relevante deste documento é que o doutor Gadelha estaria vivo no início do ano de 1704.

Rheingantz relaciona dez filhos para Francisco da Fonseca Diniz e dona Isabel Rangel de Macedo. Três filhos tornaram-se clérigos. Dentre estes, o frei Jorge da Apresentação, religioso carmelita calçado, prior do Convento do Carmo do Rio de Janeiro. As duas primeiras filhas faleceram ainda menores.¹⁴⁷ Seguem algumas informações sobre dois filhos do casal:

O já referido filho, Baltazar de Abreu Cardoso (por longo período referido como capitão, tendo, porém, chegado a coronel), tornou-se homem influente, de notória projeção e de muitas posses. Ele deu início em novembro de 1698 a um processo de habilitação para ser investido no hábito da *Ordem de Cristo* e receber a tença de 70\$000 em recompensa por seus serviços e pelos do sogro, Francisco Sodré Pereira. As primeiras diligências não produziram efeito. A razão é que corriam rumores de que seu avô paterno, o licenciado Jorge Fernandes da Fonseca, era cristão novo e carregava, assim, “a mácula de sangue de gente de nação”. Novas diligências foram realizadas em 1720, movidas por seu filho, o coronel João de Abreu Sodré Pereira. As inquirições desta feita foram mais abrangentes.¹⁴⁸ Os alvarás régios ordenaram as inquirições de testemunhas nos lugares devidos. Foram buscados livros eclesiásticos e colhidos testemunhos nas antigas freguesias do antigo Conselho de Buarcos, assim como em outros locais. As diligências resultaram, entretanto, em que os testemunhos na área geográfica de onde era oriundo Jorge Fernandes da Fonseca não asseguravam tratar-se ele de um cristão de velha cepa. Nem mesmo o registro de batismo foi encontrado. Não havendo efeito conclusivo de que o avô paterno era “cristão velho”, o coronel Baltazar de Abreu Cardoso, em cuja família abundavam clérigos, nunca pôde receber o hábito da Ordem de Cristo, tudo por conta da suspeição de sua linhagem impeditiva, assim não preenchendo, portanto, o requisito de indubitável “limpeza de sangue”. Prevaleceu no caso, ao que parece, a premissa ou consenso popular de que “onde há fumaça, há fogo”.

Salvador, para quem as origens judaicas de Jorge Fernandes da Fonseca são favas contadas, exclama: “A tanto chegava o absurdo das discriminações”.¹⁴⁹ E acrescenta o mesmo autor em outro lugar: “

Haveria coerência nisso, quando tantos eclesiásticos produzira a mesma cepa? Seria justo negar a comenda a excelentes servidores porque o avô ou o trisavô fora da etnia sefardita? Na verdade, excluía-se a uns, mas beneficiava-se a outros quando convinha.¹⁵⁰

Acrescente-se que os ventos contrários às gentes de nação sopraram contra o núcleo familiar do coronel Baltazar de Abreu Cardoso para além do referido processo. A sua nora, Clara de Azeredo Coutinho, casada em 1703 com seu filho, João de Abreu Sodré Pereira, Mestre de Campo do Batalhão de Auxiliares do

¹⁴⁶ Arquivo Nacional, 2º. Ofício de Notas, 28. 16/11/1719. ABREU, loc. cit., informa que as confrontações do imóvel são mais bem “explicitadas em escritura de 26/1/1704 [1º Ofício] e por escritura de 24/1/1704 [4º Ofício]”.

¹⁴⁷ RHEINGANTZ, Carlos G. *op. cit.*, Tomo II: F – M, pp. 150-151.

¹⁴⁸ Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra B, mç. 11, n.º 1. ANTT PT/TT/MCO/A-C/002-002/0011/00001

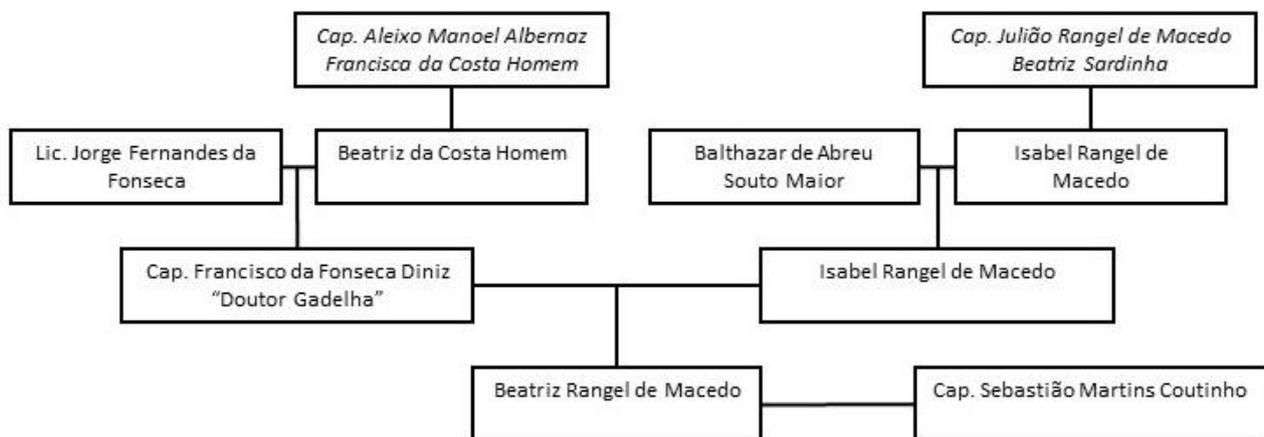
¹⁴⁹ SALVADOR, *op. cit.*, p. 35.

¹⁵⁰ *Idem*, pp. 170-171

Terço da Freguesia de São Gonçalo, sofreu processo no *Tribunal do Santo Ofício* (Inquisição de Lisboa). Aos quarenta anos, com estatuto social de 1/4 cristã-nova, sob acusação de judaísmo, teve ela prisão em 11 de outubro de 1712. O processo resultou em sentença com Auto de Fé de 18 de julho de 1713, “confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais”.¹⁵¹

O capitão Francisco da Fonseca Diniz e dona Isabel Rangel de Macedo são também os pais de dona Beatriz Rangel de Macedo, que recebeu o mesmo nome da avó paterna e da bisavó materna. Brites Rangel de Macedo se casou em 25 de julho de 1678 com o capitão Sebastião Martins Coutinho, passando então a residir no engenho do esposo em Guaxindiba. O casamento foi em São João de Carahy.

A capela de São João de Carahy fora fundada em 1660, e Monsenhor Pizarro a situou no “morro próximo ao Campo da Fazenda do Mosteiro de São Bento, cujo lugar denominado da Pedra do Carri”¹⁵², no atual bairro de Icaraí, em Niterói. A antiga capela curada serviu de sede à freguesia criada em 1696, a paróquia mais antiga de Niterói. A sede atual da paróquia de São João Batista é a Catedral Metropolitana de Niterói.



○ CAPITÃO-MOR DE ITANHAÉM

Jorge Fernandes da Fonseca, irmão do doutor Gadelha (e de quem era mais novo cerca de cinco anos), recebeu o mesmo nome de seu pai. Foi ele batizado em 15 de outubro de 1620 no Rio de Janeiro.¹⁵³ Os padrinhos foram Manoel dos Rios e dona Lucrecia Viegas, esposa de Antônio de Macedo de Vasconcelos. *Jorge Fernandes da Fonseca*, a quem chamaremos aqui de *o Moço*, casou-se, por volta de 1650, com Úrsula de Abreu Cardoso, falecida no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1674.¹⁵⁴ A filha do casal, Felipa da Fonseca

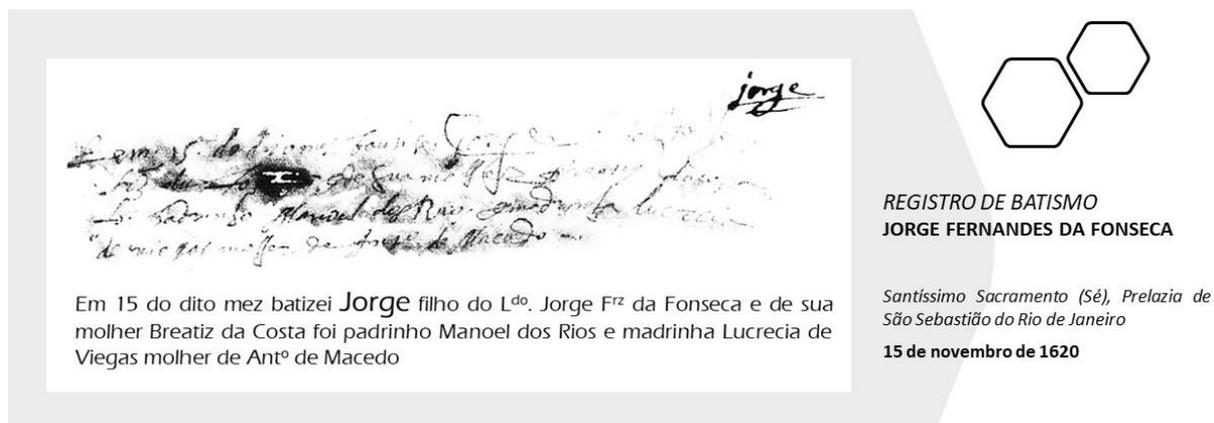
¹⁵¹ Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 957. ANTT PT/TT/TSO-IL/028/00957.

¹⁵² PIZARRO, José de Souza Azevedo e Araújo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro. Na Imprensa Regia, 1820-1822, Tomo 3, p. 155.

¹⁵³ Sé, Livro 1, fls. 35-v

¹⁵⁴ Sé, Livro 5, fls. 8.

Cardoso, casou-se no Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1674 com Antônio de Escobar Barreto, neto do capitão Antônio Pacheco Barreto e bisneto de João Pereira de Sousa, o Botafogo.



Em 15 do dito mez batizei **Jorge** filho do L^{do}. Jorge F^z da Fonseca e de sua mulher Breatiz da Costa foi padrinho Manoel dos Rios e madrinha Lucrecia de Viegas mulher de Ant^o de Macedo

Jorge Fernandes da Fonseca, o Moço, foi capitão-mor da *Capitania de Itanhaém*.¹⁵⁵ Benedito Calixto, em catálogo publicado na revista do *Instituto Histórico de São Paulo*, no qual cita a lista dos capitães-mores de Itanhaém, refere-se equivocadamente a Jorge Fernandes da Fonseca como “João Fernandes de Souza”.¹⁵⁶ Carvalho Franco procedeu à devida correção.¹⁵⁷

A história da Capitania de Itanhaém, Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, tem sido envolvida em muitas controvérsias.¹⁵⁸ Muitas das dúvidas foram causadas pelo litígio iniciado em 1621 entre as Casas de Vimieiro e Monsanto – conde de Monsanto, D. Luís de Castro, e a condessa de Vimieiro, D. Mariana de Sousa Guerra, neta de Martim Afonso de Sousa. Como resultado deste litígio, a condessa de Vimieiro foi repelida em 1624 de suas vilas de São Vicente, de Santos, de São Paulo e de Mogi das Cruzes e fez da vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém a cabeça da capitania de seus territórios. A partir desta data os domínios da condessa de Vimieiro passariam a ser conhecidos como Capitania de Itanhaém e os territórios do conde de Monsanto eram designados como Capitania de São Vicente. Itanhaém prosseguiu com vida e governo próprio paralelamente à Capitania de São Vicente.

Benedito Calixto aponta que as atuais regiões de Sorocaba, Iguape até Cananéia, Paranaguá, Caraguatatuba, Ubatuba, Paraty, Angra dos Reis, todas as vilas ao norte

¹⁵⁵ Jorge Fernandes da Fonseca é incluído na listagem de “Capitães-mor da Capitania de São Vicente”, com anos de nomeação em 1653 e 1660. ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.). *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo*; Catálogo 1 (1644-1830). São Paulo: Imprensa Oficial / FAPESP/ EDUSC, p. 282.

¹⁵⁶ CALIXTO, Benedito. “Capitania de Itanhaém”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Atena Editora, 1938. Tomo XX, p. 718ss.

¹⁵⁷ CARVALHO FRANCO, op. cit, pp. 32, 41 e 45. Infelizmente, Carvalho Franco reverberou o erro corrente de confundir o capitão-mor com o seu pai, homônimo.

¹⁵⁸ A esse respeito, cf. SATO, Lana. “Capitania de Itanhaém”. *De Atlas Digital da América Lusa. Online*: http://lhus.unb.br/atlas/Capitania_de_Itanha%C3%A9m [Acesso de 20/01/2022]. Cf também verbete introdutório “Capitania de Itanhaém”, online. https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_de_Itanha%C3%A9m [Acesso de 20/01/2022].

da Cidade de São Paulo (com exceção da vila de Nossa Senhora de Sant'Ana de Mogi das Cruzes), incluindo Jacareí, São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá estiveram sob a jurisdição da Capitania de Itanhaém. Pedro Taques, em seu livro *História da Capitania de São Vicente*, expõe que os capitães-mores de Itanhaém, os genuínos governadores que residiam no Brasil, governavam com ampla jurisdição “até a cidade de Cabo Frio”.¹⁵⁹

A Vila Conceição de Itanhaém foi sempre a cabeça da Capitania em toda sua existência. A Capitania de Itanhaém existiu por anos, entre 1624 e 1753, quando seu donatário, o Conde da Ilha do Príncipe, um herdeiro e descendente da Condessa de Vimieiro, a vendeu para a Coroa Portuguesa, que a anexou à Capitania de São Paulo.¹⁶⁰

Jorge Fernandes da Fonseca, o Moço, foi, primeira vez, capitão-mor em 1652, no período do donatário D. Diogo de Faro e Sousa (1648-1653), nomeado em 31 de janeiro de 1651 e havendo tomado posse a 1 de maio de 1652. Durante esse tempo, sabe-se que esteve presente à elevação de Jacareí ao estatuto de vila.

Pedro Taques escreve que a vila de *São Francisco das Chagas* fora ereta em 1645 por Jaques Félix, procurador bastante da Condessa de Vimieiro, donatária da Capitania de Itanhaém. A vila foi a origem da cidade de Taubaté.¹⁶¹

Em 1652 foi estabelecida à margem direita do Rio Paraíba uma capela cujo orago era Nossa Senhora da Conceição, desenvolvendo-se o arraial de *Nossa Senhora da Conceição da Parahyba*. Em 3 de abril de 1653, pelo donatário da capitania de Itanhaém, D. Diogo de Faro e Souza, representado pelo capitão-mor Jorge Fernandes da Fonseca, o arraial foi elevado a Vila, desmembrado da antiga vila de Mogi das Cruzes.¹⁶² Em 1700 o lugar recebeu o nome de Vila de Parahyba, que em 1849 foi elevada ao estatuto de município.

Ainda em 1767, no então território da Vila de Parahyba, fora criada uma vila cujo nome foi Vila Nova de São José, depois Vila de São José do Sul, e, mais tarde, *Vila de São José do Parahyba*. A nova vila foi desmembrada do termo da Vila de Parahyba (Jacareí), e a freguesia foi instalada em 1769. Em 1864, a Vila de São José do Paraíba foi elevada à categoria de cidade, passando em 1871 a denominar-se São José dos Campos.

¹⁵⁹ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2014. p. 96

¹⁶⁰ Contrariando Calixto, que propõe que a capitania só deixou de existir de fato em 1791, tem-se argumentado que, a partir de meados do século XVIII, a Capitania de Itanhaém não passava de uma ficção e o poder do seu capitão-mor era nulo. Cf. NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (Org.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 346p.

¹⁶¹ “Catedral São Francisco das Chagas – Taubaté”. Diocese de Taubaté. Online: <https://diocesedetaubate.org.br/catedral/> [Acesso de 20/01/2022].

¹⁶² A história oficial do Município de Jacareí declara que “em 22 de novembro de 1653, o local foi elevado a vila pelo donatário da Capitania de Itanhaém, dom Diogo de Faro e Sousa”. Cf. “Conheça Jacareí”. Prefeitura Municipal de Jacareí. Online: <https://www.jacarei.sp.gov.br/cidade/conheca-jacarei/> [Acesso de 20/01/2022].

Taubaté, Jacareí e São José dos Campos são hoje municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Jorge Fernandes da Fonseca, o Moço, no período do donatário Luiz Carneiro de Sousa, Conde da Ilha do Príncipe (1653-1665), foi novamente capitão-mor de Itanhaém, sucedendo Antônio de Siqueira. Neste período, como lugar-tenente do Conde da Ilha do Príncipe, em 1660 elevou ao estatuto de vila a povoação de Paraty.

O Monsenhor Pizarro faz referência a um documento de 1661 que retrata o processo de instituição da vila de Paraty.¹⁶³ Oficiais da câmara da vila de Angra dos Reis da Ilha Grande questionavam a instalação de um pelourinho na povoação de *Nossa Senhora dos Remédios*, oficialmente subordinada à vila de Angra, elevando-o à categoria de vila. A ação, em ato público, fora levada a cabo por antigos moradores locais, nas figuras de um representante da povoação, o capitão Domingos Gonçalves de Abreu, e do capitão-mor de Itanhaém, Jorge Fernandes da Fonseca, e à revelia da própria câmara da vila de Angra.¹⁶⁴

O protesto da câmara de Angra, entretanto, caiu no vazio. A vila de *Nossa Senhora dos Remédios de Paraty* passou a existir oficialmente em 1660. O ato de elevação da vila foi validado por Salvador Correia de Sá e Benevides, Governador e Capitão Geral da Repartição do Sul¹⁶⁵, no dia 21 de agosto de 1660, visando-se melhorar os "Caminhos da Serra" (no que mais tarde viria a ser conhecido como o "Caminho do Ouro" – a Estrada Real). Afonso VI de Portugal, por Carta Régia de 28 de fevereiro de 1677, ratificou o ato dando-lhe o nome de "Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty".

Com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, a dinâmica de Paraty ganhou novo impulso, uma vez que se determinou, em 1702, que as mercadorias somente poderiam seguir para Minas pela antiga trilha indígena, que passou a ser conhecida por *Caminho do Ouro*. Quando o trajeto passou a ser diretamente entre o Rio de Janeiro e a região mineira, a vila teve sua importância diminuída. Paraty teve, então, o ciclo da cana-de-açúcar, com produção de aguardente, e depois integrou-se ao ciclo do café.

À época do Segundo Reinado, um decreto-lei de 1844 do imperador Pedro II elevou a antiga vila a cidade. Hoje, Paraty é polo turístico e cultural no litoral sul do estado do Rio de Janeiro.

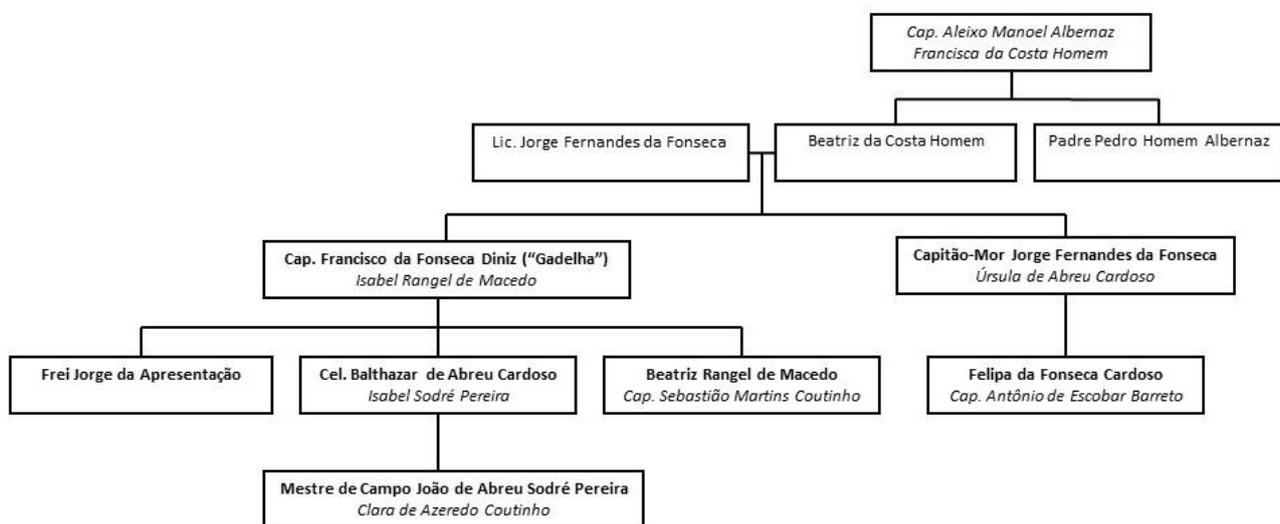
¹⁶³ PIZARRO, *Memórias...* op. cit. Tomo 3, p. 53; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877, Tomo 2, p. 123ss. Confira ainda o texto introdutório por PINTO, Renan. *A História e o Fato - 1660 ou 1667?* Online: <http://www.paraty.com.br/blog/a-historia-e-o-fato-1660-ou-1667/> [Acesso de 20/01/2022].

¹⁶⁴ GOUVEA, Viviane. *Nossa Senhora dos Remédios de Paraty*. 22 de fevereiro de 2018. Online: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5114&Itemid=369 [Acesso de 20/01/2022].

¹⁶⁵ Salvador Correia de Sá e Benevides foi nomeado por Carta Régia como Governador e Capitão Geral da Repartição do Sul, em 17 de setembro de 1658. As Capitanias do Sul desde 10 de julho estavam constituídas em governo separado por uma Carta Régia. Ele governou as Capitanias do Sul entre 1660 e 1662. Cf. verbete introdutório "Salvador Correia de Sá e Benevides (Militar)", online: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_Correia_de_S%C3%A1_e_Benevides_\(militar\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_Correia_de_S%C3%A1_e_Benevides_(militar)) [Acesso de 20/01/2022].

Na historiografia brasileira, vários autores têm assumido que o capitão-mor de Itanhaém foi o Licenciado Jorge Fernandes da Fonseca, preterindo, portanto, o filho homônimo. Alguns destes autores fizeram tal assunção mesmo tentando contornar as dificuldades com a cronologia e com a idade que teria o advogado à época da segunda nomeação.¹⁶⁶ Dispensando-se as confrontações cronológicas para dirimir o impasse, basta, para os fins aqui pretendidos, ter-se em conta que a filha de Jorge Fernandes da Fonseca, o Moço, Felipa da Fonseca Cardoso, juntamente com seu esposo, Antônio de Escobar Barreto, em 1699 venderam o sobrado na Rua do Gadelha (Travessa da Cruz), declarando textualmente em escritura que houveram o mesmo “por herança de seu pai e sogro, Capitão-mor Jorge Fernandes da Fonseca, com obrigação de capela de missas”.¹⁶⁷ A escritura, por sua vez, indica que o capitão-mor de Itanhaém era já falecido à ocasião.

Segue um gráfico com a família do Licenciado Jorge Fernandes da Fonseca, assumidamente muitíssimo incompleto, mas que contempla as principais pessoas referidas neste texto:



¹⁶⁶ Visto que Jorge Fernandes da Fonseca, o Velho, nasceu em 1585, ele teria por volta de 67 anos no primeiro governo da Capitania de Itanhaém e 75 no segundo. As idades, em si mesmas, realmente não consistiriam em impedimento. Entretanto, o conjunto de evidências disponíveis indica que ele faleceu em 1660. E visto que já se tem evidência documental de que o filho foi o capitão-mor, poderia restar alguma dúvida quanto ao primeiro mandato, o que, à luz da cronologia de atividades de Jorge Fernandes da Fonseca, o Velho, na Guanabara, não parece se sustentar, além de ser hipótese pouquíssimo razoável.

¹⁶⁷ Escritura de chão, Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 63, p. 252, 05/11/1699. Nesta escritura o imóvel é declarado como sítio “na rua que chamam do Gadelha”. Entre os vizinhos, a casa da Viscondessa de Asseca. O imóvel foi vendido por 210 réis. Em 1705, o comprador hipotecou o imóvel, no qual vivia, declarando-o como sítio à “Travessa da Cruz”. Os vizinhos permaneciam os mesmos. Cf. escritura de chão Arquivo Nacional, 1º. Ofício de Notas, 71, p. 115. 14/09/1705.

- Publicado online em **30/01/2022**, com ligeiras revisões em **01/04/2022**. O texto integra o **Projeto Caravelas**, que tem o seu foco em *Genealogia e História Familiar*: <https://wp.me/P2loMO-3UY>. Para contatos com o autor: <https://institutopoimenica.com/contato/>